

Preço do diesel deve cair com prorrogação de metas ambientais de distribuidoras

O governo editou o decreto que flexibiliza prazo para a compra de créditos de descarbonização do setor de combustíveis, medida que pode ajudar a reduzir o preço dos combustíveis nos postos.

Segundo o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, a redução será de R\$ 0,10 para o diesel e para a gasolina. Para o setor, porém, a solução só empurra o problema para 2023, quando se espera aperto ainda maior na oferta dos créditos, que são conhecidos como Cbios.

A possibilidade de prorrogação das metas, anunciada, já derrubou a cotação dos Cbios na bolsa de São Paulo. Depois de fechar junho batendo o recorde de R\$ 202,65, o certificado foi negociado ao preço médio de R\$ 96,50.

A medida ajuda o governo a baixar o preço do diesel, que sofreu menos impacto de medidas anunciadas nas

últimas semanas, porque já vinha com os impostos federais zerados e tinha, na maior parte dos estados, alíquotas de ICMS abaixo do teto estabelecido por lei aprovada no final de junho.

Diferente do caso da gasolina, que já teve queda acumulada de 17,8% nas bombas desde então e vai cair ainda mais com os repasses de corte de 4,9% promovido pela Petrobras em suas refinarias. O produto também é beneficiado pela queda no valor dos Cbios.

Sachsida visitou um posto de gasolina em Brasília (DF), acompanhado do presidente Jair Bolsonaro (PL), para comemorar a redução nos preços dos combustíveis. O posto escolhido pelo governo é conhecido em Brasília por ter originado a operação Lava Jato.

“Os Cbios, quando começou, estavam em R\$ 30, R\$ 40 [preço do título na B3]. Na

semana passada, chegou a R\$ 200. Então, a nossa medida agora tem potencial de reduzir em R\$ 0,10 o preço da gasolina e do diesel”, anunciou Sachsida.

As distribuidoras de combustíveis são obrigadas a comprar os Cbios para compensar a emissão de poluentes no consumo dos produtos. O objetivo é transferir recursos da venda de combustíveis fósseis para a produção de energia renovável, barateando seu custo e incentivando o consumo.

Cada Cbio equivale à emissão de uma tonelada de carbono na atmosfera. As metas de cada distribuidora são calculadas de acordo com o volume de combustíveis fósseis que cada uma põe no mercado. Em 2022, elas terão que comprar cerca de 36 milhões de títulos.

Nicola P. e Marianna Holanda/folhapress



Economia



Pesquisa mostra impacto dos canais digitais em operações bancárias

Página - 03

Política

Ato com Lula em PE tem coro por Marília Arraes e vaia para PSB

Página - 04

Convenção de Bolsonaro terá sertanejo, cabines para TikTok e exaltará família

Página - 04

Vendas da indústria de alimentos crescem 3,74% de janeiro a maio

Página - 03



Brasil precisa ajudar a resolver falta de grãos no mundo, diz CEO de gigante do agro

Página - 05

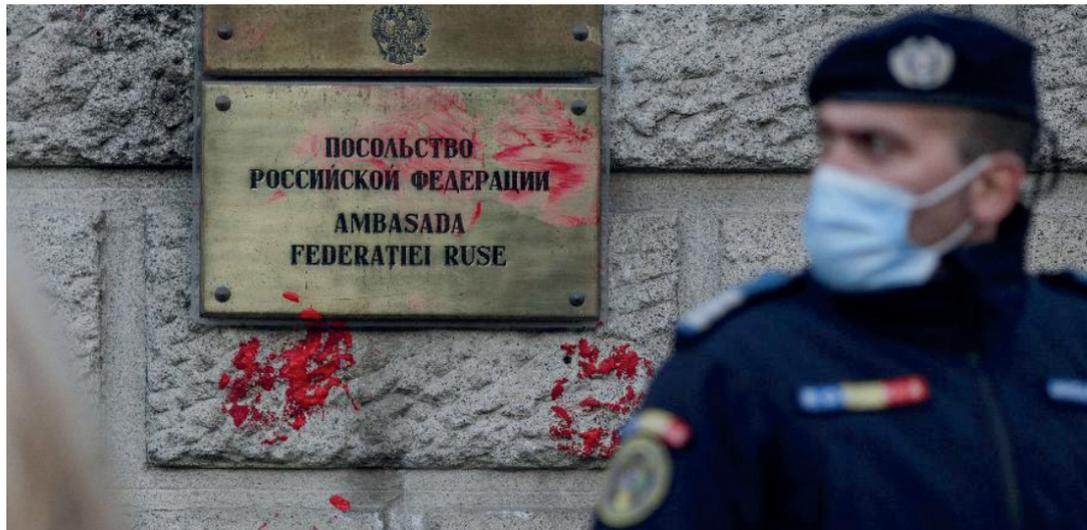
Casal do interior de SP mostra que agricultura e floresta podem coexistir

Página - 05



No Mundo

Espionagem da Rússia caiu pela metade, diz chefe da inteligência britânica



A capacidade de espionagem da Rússia na Europa caiu “pela metade” após a expulsão de pelo menos 400 agentes de inteligência de diversos países, disse à CNN o chefe do Serviço Secreto de Inteligência britânico (conhecido também como MI-6), Richard Moore.

Segundo ele, os agentes trabalhavam “com o disfarce diplomático” nos países, e vários “ilegais”, ou espões russos que operavam disfarçados de civis comuns, também foram expostos e presos nos últimos meses.

Richard Moore também

acredita que as tropas russas estão em um momento de perda de fôlego diante da necessidade de repor soldados perdidos, além de precisarem encarar o contra-ataque ucraniano conduzido com armas de longo alcance - como os Himars enviados pelos Estados Unidos.

“Nossa avaliação é que os russos terão cada vez mais dificuldade para fornecer material de ataque às trocas nas próximas semanas”, disse ele. “Eles terão que fazer uma pausa e isso dará aos ucranianos a oportunidade de revidar”.

Para Moore, os ucr-

nianos ainda lutam com uma “moral alta” diante das “quantidades crescentes de bom armamento”.

“A Rússia, por outro lado, falhou significativamente em seus objetivos iniciais de tomar Kiev e derrubar o governo”, avaliou.

GUERRA:

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, admitiu nesta semana que os objetivos do país na Ucrânia vão além das conquistas de Donetsk e Lugansk, províncias de maioria étnica russa na região do Donbass.

Candidato republicano é atacado durante comício em Nova York

Um deputado republicano foi atacado durante comício de campanha no norte do estado de Nova York, nos Estados Unidos. Vídeos que circulam nas redes sociais mostram Lee Zeldin discursando antes de um homem se aproximar segurando um objeto pontiagudo.

Zeldin está concorrendo para governador contra a democrata Kathy Hochul, que atualmente ocupa o cargo, nas eleições de novembro.

O republicano falava em comício na cidade de Perin-

ton quando um homem de 43 anos o atacou, segundo comunicado do gabinete do comissário local.

O agressor “tinha uma arma, brandiu-a contra o pescoço de Zeldin e disse-lhe: ‘Acabou’”, diz trecho da nota divulgada por autoridades. A equipe de Zeldin e participantes do comício conseguiram imobilizar o homem até a chegada dos agentes.

“Grato por ter sido capaz de agarrar o pulso dele a tempo quando ele se lançou para o meu pescoço”, escreveu Zeldin no Twitter.

Folhapress



Folhapress

Turistas brigam em parque da Disney nos EUA e provocam confusão generalizada



Uma família alega ter sido banida dos parques da Disney na Flórida depois de se envolver em uma briga generalizada no parque de diversões Magic Kingdom. As cenas da confusão circularam nas redes sociais.

Entre socos, chutes, bolsas voando e gritos, as imagens mostram ainda pessoas se desvencilhando de quem as havia segurado para retornar à aglomeração e voltar a desferir agressões. De acordo com a emissora local da rede Fox News, a briga se deu na área do parque batizada de Fantasyland, em frente a uma atração temática do Peter Pan.

Um homem que alega

ter testemunhado a cena e registrado tudo em seu celular disse à TV americana que agentes de segurança do parque levaram cerca de dois minutos para chegar ao local da briga -cinco minutos depois, policiais também foram atender a ocorrência.

Em um dos vídeos nas redes sociais, a mulher que filma chega a perguntar em voz alta: “Cadê a segurança?”.

Segundo a Fox, o escritório do xerife do condado de Orange informou que os policiais chegaram ao parque por volta de 19h30 no horário local. Três pessoas foram detidas em razão da confusão e uma quarta precisou ser levada ao hospital para receber atendimento médico -devido

a um corte grande no queixo, de acordo com um relato feito ao site especializado em parques WDWNT.

Foi a este veículo que uma pessoa que teria se envolvido na confusão disse que seu grupo acabou banido dos parques da Disney. Segundo ela contou ao site, a briga se deu porque uma mulher foi empurrada na fila do brinquedo Mickey's PhilharMagic por outro frequentador, que integrava um grupo uniformizado de bermuda vermelha e camiseta branca.

Ela teria saído da fila para buscar um celular e entrado nessa alteração quando tentou retornar, no que foi impedida.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Pesquisa mostra impacto dos canais digitais em operações bancárias



O uso de canais digitais para realização de operações bancárias tem sido dominante no Brasil. Pagamentos e abertura de contas, entre outras transações, são feitas em sua maioria pela internet e pelo celular. De acordo com uma pesquisa da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em parceria com a Deloitte, o uso de canais digitais para operações bancárias cresceram 23% no ano passado e já são sete em cada dez no país.

A pesquisa mostrou um crescimento de 28% nas operações com smartphones, que totalizaram 67,1 bilhões e representam 56% do total. As transações por internet banking aumentaram 6%. Além disso, movimentação financeira pelo celular teve

crescimento de 75% no ano passado, passando de 9,3 bilhões de transações para 16,3 bilhões de operações.

Os números também revelam que as transações relacionadas a pagamentos cresceram 72% no mobile banking. E, pela primeira vez, o número de abertura de contas por meios digitais superou o uso de canais físicos para essa mesma operação. A abertura de contas de forma digital chegou a 10,8 milhões em 2021, um aumento de 66% em relação a 2020. Já o uso de canais físicos para este fim totalizou 9,9 milhões, 16% a mais do que no ano anterior.

O estudo também evidenciou o crescimento do Pix, sistema de pagamento instantâneo em funcionamento desde novembro de 2020. Os

dados trazidos pela Febraban e pela Deloitte mostram um crescimento de 809% no número de usuários que pagaram mais de 30 Pixs por mês entre março de 2021 e março de 2022.

Além disso, o ritmo de expansão de recebimento de mais de 30 Pix por mês em pessoas físicas é maior do que em pessoas jurídicas. Para a federação, isso mostra o potencial de expansão do uso do Pix em lojas e prestadores de serviços.

“Os resultados da pesquisa refletem o novo perfil de nosso cliente que busca e encontra conveniência, comodidade, segurança e rapidez nos canais digitais dos bancos”, disse Isaac Sidney, presidente da Febraban.

ABR

Vendas da indústria de alimentos crescem 3,74% de janeiro a maio

As vendas reais da indústria de alimentos cresceram 3,74% de janeiro a maio e caíram 1,11% na comparação com maio de 2021. A produção física de alimentos cresceu 0,87% nos últimos 12 meses e caiu 1,17% em maio na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Segundo os dados da Pesquisa Conjuntural da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), o faturamento chegou a R\$ 385,9 bilhões nos primeiros cinco meses do ano, o que representa um aumento de 15,4% em relação ao mesmo período de 2021.

“No mercado interno, as vendas vêm apresentando alta no acumulado do ano, apoiado pelo auxílio governamen-

tal e a queda no desemprego. As exportações continuaram sendo o principal destaque, puxadas pela alta nos preços internacionais dos alimentos”, disse a entidade.

Em maio, o número de pessoas ocupadas na indústria de alimentos apresentou crescimento de 1%, em relação ao mesmo período de 2021, o que gerou 16,5 mil novos postos de trabalho em comparação a maio do ano anterior.

O volume das exportações apresentou queda de 1,5% de janeiro a maio. Em valores, o comércio de alimentos para o mercado externo totalizou US\$ 21,7 bilhões nos primeiros cinco meses do ano, valor 29% acima do mesmo período de 2021.

Flávia Albuquerque/ABR



350 mil famílias entram na fila do Auxílio Brasil por mês



A fila de espera do Auxílio Brasil tem aumentado nos últimos meses em ritmo mais acelerado do que em anos anteriores. Desde abril, 350 mil famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza têm o cadastro aprovado por mês e aguardam para entrar no programa.

Apesar dos bilhões de reais liberados via PEC (proposta de emenda à Constituição) para zerar a fila em agosto, técnicos do governo dizem não ser possível garantir que todos serão atendidos até o fim do ano, pois isso depende de como será a procura pelo benefício nos próximos meses.

Em 2019, por exemplo,

essa média era de 200 mil famílias. O fluxo mais intenso deve gerar pressão no governo às vésperas da eleição.

Para especialistas, a disparada da fila é reflexo do aumento da pobreza e de interesse de famílias de baixa renda que receberam o auxílio emergencial e querem continuar a receber algum benefício diante do empobrecimento e da inflação.

De olho na reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) conseguiu autorização do Congresso para um pacote que cria e eleva benefícios sociais. Uma das medidas aumentou de R\$ 400 para R\$ 600 o valor mínimo recebido por família no Auxílio Brasil, além de prometer zerar a lista

de espera.

Com isso, o governo espera atender a 20,2 milhões de famílias a partir de agosto —cerca de 2 milhões a mais que atualmente.

Mas, entre janeiro e maio (dado mais atualizado), 2,5 milhões de famílias se inscreveram no Cadastro Único —porta de entrada para programas sociais, sendo o principal o Auxílio Brasil. Há, portanto, pouca margem para atender mais que o número já calculado pelo governo.

A intenção do Ministério da Cidadania é tentar manter a fila zerada até o fim do ano, mesmo que, para isso, precise de mais dinheiro para o programa.

Thiago Resende/Folhapress

Política

Ato com Lula em PE tem coro por Marília Arraes e vaias para PSB



O ato liderado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em Olinda (PE) foi marcado por um descompasso entre o discurso oficial no palco e a militância petista na plateia, acirrando as tensões em torno da disputa pelo Governo de Pernambuco.

Em seu último comício em visita de dois dias a Pernambuco, Lula reiterou o seu apoio ao deputado federal Danilo Cabral, pré-candidato do PSB ao governo. Os militantes que prestigiaram o evento, contudo, gritaram o nome da também pré-candidata ao governo Marília Arraes (Solidariedade).

A referência de Lula a Cabral aconteceu apenas no final do discurso e durou cerca de 30 segundos em um dis-

curso de mais de 30 minutos do petista.

“No estado de Pernambuco o meu candidato a governador tem nome e é o companheiro Danilo, do PSB, que nós estamos apoiando. Eu sou da terra que a gente fazia acordo no meio do bigode”, disse.

Ao longo do ato, o público também entoou vaias a cada vez que o nome de Cabral era mencionado e ainda chamou o pré-candidato a governador do PSB de “golpista”, em referência ao voto do deputado federal a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016.

A produção do evento tentou conter o mal-estar e passou a soltar uma gravação de aplausos sempre que o público insistia nas vaias.

Marília Arraes deixou o PT em abril após ter sido, pela segunda vez consecutiva, preterida pelo partido na disputa pelo governo pernambucano. Migrou para o Solidariedade e vai concorrer ao governo rodeada por ex-aliados do PSB no estado.

Os petistas aderiram à candidatura de Danilo Cabral em um acordo que passou pela direção nacional dos dois partidos e pelo apoio do PSB a Lula nacionalmente. A deputada estadual Teresa Leitão (PT) será a candidata ao Senado na chapa.

A visita de Lula a Pernambuco era tida como relevante pelo PSB para alavancar a campanha de Danilo.

Anna Tenório e João Pedro P./Folhapress

Rodrigo Garcia manda abraço a Bolsonaro e pede para agradecê-lo



Terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, o governador de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB), tem se esforçado para se aproximar do eleitorado bolsonarista. O tucano foi até Presidente Prudente sob o pretexto de regulamentar uma lei que autoriza a transferência de terras pertencentes ao estado para produtores rurais.

Em seu discurso, Rodrigo emendou do agro ao transporte coletivo na capital paulista e pediu que Luiz Antônio Nabhan Garcia, secretário especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e aliado próximo de Jair Bolsonaro (PL), transmitisse um abraço

Convenção de Bolsonaro terá sertanejo, cabines para TikTok e exaltará família

A convenção do PL para oficializar o presidente Jair Bolsonaro como candidato à reeleição está sendo preparada como uma mistura de Copa do Mundo, com as cores verde e amarelo e comício conservador, com destaque às mulheres, à família e à liberdade. O evento será domingo (24), no Rio de Janeiro.

A cerimônia, que deve durar algumas horas, contará ainda com apresentação de dupla sertaneja e cabines para que jovens gravem vídeos de TikTok.

Um dos slogans explorados no evento será “Pelo Bem do Brasil”, mesmo nome da coligação da chapa de Bolsonaro. A frase tem como mote a tese de “luta do bem con-

tra o mal”, que o mandatário tenta imprimir à eleição deste ano.

Ela passou a ser usada no encontro nacional do partido, em março. “Não é luta da esquerda contra a direita, é do bem contra o mal”, disse na ocasião.

Na cerimônia de domingo, estarão no palco candidatos cariocas, dirigentes do partido, como Valdemar Costa Neto, e todo o clã Bolsonaro. O general Braga Netto, ex-ministro da Defesa, também estará no palanque.

O presidente será o único a discursar, a princípio, e o texto ainda não está fechado. Segundo interlocutores, a intenção é que ele fale sobre liberdade e princípios tidos como conservadores.

Marianna H. e Matheus T./Folhapress



ao presidente.

“Essa luta também é sua Nabhan. Você, historicamente, lutou, fico feliz pela tua presença. Isso mostra respeito e que estamos no mesmo lado, o do produtor”, afirmou Rodrigo.

“Quero fazer um gesto simbólico para mim. Você [Nabhan] vai sair daqui e voltar para Brasília, quero que leve um abraço para o presidente [Bolsonaro], porque hoje [quinta] ele encaminhou ao Senado Federal um PL de empréstimo para o governo de SP de US\$ 500 milhões para linha 2 do metrô”, disse Rodrigo.

“Quero que leve esse reconhecimento da população de São Paulo, porque isso é fundamental. Só quem sabe

a importância da mobilidade urbana lá, na capital, sabe como esse dinheiro é importante para não interromper obras”, completou o governador.

Minutos antes de Rodrigo discursar, Nabhan criticou, mas sem citar nomes, governantes anteriores que foram coniventes com invasores de terras, no interior paulista. “Quem trouxe para cá o MST carrega um peso nas costas porque trouxe a criminalidade para região, trouxe o atraso”, disse o secretário.

Historicamente, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) é um dos principais apoiadores do PT. “O MST e outras siglas a mais.

Carlos Petrólio/Folhapress

Brasil precisa ajudar a resolver falta de grãos no mundo, diz CEO de gigante do agro



Independentemente de quem vencerá a eleição presidencial no Brasil, o país precisa se sentar à mesa e ajudar a resolver o problema da falta de grãos no mundo. Essa é a avaliação do CEO da AGCO, Eric Hansotia, feita durante evento em Brasília em que foram anunciados investimentos em fábricas da gigante do agromercado no Brasil.

Dona de marcas como Massey Ferguson, Fendt e Valtra, entre outras, a AGCO investirá em dois anos R\$ 340 milhões para a produção de novos modelos de plantadeiras e a ampliação da linha pesada de tratores. Também prevê dobrar o total de vendas Fendt no país.

“O mundo está com falta

de grãos, precisamos produzir mais e os insumos estão caros. O Brasil precisa se sentar à mesa e ajudar a resolver o problema. Não importa quem ganhará a eleição”, afirmou Hansotia.

De acordo com ele, o Brasil é o trem de força do crescimento do agro no mundo. A constatação, conta, veio recentemente ao percorrer fazendas no país para ver o funcionamento de máquinas no campo. Notou que os produtores em geral estão sob pressão, com o desafio de produzir mais alimentos utilizando menos insumos.

“[São] Visões diferentes dos dois lados [Bolsonaro e Lula], mas a necessidade de ter um campo produtivo é grande. A produtividade bra-

sileira, a receita do produtor, cresce em ritmo estável e acreditamos que isso vá se manter nas próximas décadas.”

Os investimentos do grupo no Brasil até 2024 serão feitos principalmente em Ibirubá (RS), onde a fábrica se prepara para produzir todos os novos modelos da plantadeira Momentum, e em Mogi das Cruzes (SP), para ampliar a linha de tratores pesados e criar um centro logístico para armazenamento de peças.

A fabricante de máquinas agrícolas e tecnologia de agricultura de precisão estima que terá um crescimento de 12,6% neste ano, com foco em conseguir ampliar a frota nacional em relação à área agricultável do país. Biznews

Como as ondas de calor estão provocando uma crise de falta de pólen no mundo



Em junho passado, Aaron Flansburg sentiu o aumento da temperatura, e sabia o que isso significava para sua colheita de canola.

Integrante da quinta geração de uma família de agricultores no estado de Washington, noroeste dos Estados Unidos, Flansburg cuida de sua plantação de canola para que ela floresça nas semanas frescas do início do verão.

Mas no ano passado, seus campos foram atingidos por um calor de 42°C assim que as flores se abriram.

“Isso é praticamente inédito para nossa área, ter uma temperatura como esta em junho”, diz ele.

Flores amarelas desfaleceram, a reprodução parou e muitas sementes que teriam sido prensadas para virar óleo

Casal do interior de SP mostra que agricultura e floresta podem coexistir

Depois de fazer um MBA em negócios socioambientais e se aprofundar no estudo de recuperação de pastagens degradadas, o advogado paulista Gustavo Fernandes resolveu colocar em prática o que aprendeu e comprou uma área de dois hectares em Campinas, no interior de São Paulo. O trabalho de recuperar o solo foi tão motivador que Fernandes acabou construindo uma casa no sítio e se mudou para o local. Alguns anos depois, se casou com a arquiteta Patricia Campiol, que se juntou a ele na missão de transformar a propriedade

em um celeiro de hortaliças, legumes e frutas orgânicas.

Deu certo. Hoje, o casal comercializa cerca de 200 quilos de alimentos por mês para dezenas de famílias que, por meio de um sistema de assinaturas, recebem cestas com os produtos da época. Técnicas de gestão hídrica aliadas à adubagem natural e o plantio de árvores tornaram o solo fértil novamente. “Essa foi a nossa maior conquista”, diz Campiol. “O Sítio Vale das Cabras mostra que é possível conjugar a prática agrícola com a preservação da natureza”. Exame



nunca se formaram.

Flansburg produziu cerca de 272kg a 363kg por acre. No ano anterior, sob condições climáticas ideais, a produção foi de 1.225 kg por acre.

Vários fatores provavelmente contribuíram para esta colheita reduzida — o calor e a seca persistiram ao longo da estação de crescimento.

Mas um ponto está se tornando alarmantemente claro para os cientistas: o calor é um assassino do pólen.

Mesmo com água adequada, o calor pode danificar o pólen e impedir a fecundação na canola e em muitas outras culturas, incluindo milho, amendoim e arroz.

Por essa razão, muitos agricultores almejam que as plantações floresçam antes que a temperatura suba.

Mas, à medida que as mudanças climáticas aumentam o número de dias em que as temperaturas passam de 32 °C em regiões ao redor do mundo, e vários dias prolongados de calor extremo se tornam mais comuns, conseguir acertar o momento ideal pode se tornar um desafio, se não impossível.

Diante de um futuro mais quente, os pesquisadores estão buscando maneiras de ajudar o pólen a vencer o calor.

Eles estão descobrindo genes que podem levar a variedades mais tolerantes a altas temperaturas e criando cultivares (novas raças) capazes de sobreviver ao inverno e florescer antes do calor vir à tona. Biznews

Bitcoin

Fundadores do falido Three Arrows Capital afirmam que “toda a situação é lamentável”



O falido fundo de hedge de criptomoedas Three Arrows Capital (3AC) havia se posicionado para um mercado “que acabou não acontecendo” e “toda a situação é lamentável”, disseram os cofundadores – Zhu Su e Kyle Davies – à Bloomberg, em uma entrevista publicada hoje.

“Toda a situação é lamentável”, disse Davies à agência de notícias. “Muitas pessoas perderam muito dinheiro”.

“Nós nos posicionamos para um tipo de mercado que acabou não acontecendo”, acrescentou Zhu.

Three Arrows Capital fazia a gestão de bilhões de dólares, sendo um dos maiores fundos de hedge de criptomoedas, antes de seguir ladeira

abaixo após o colapso da rede Terra em maio.

O fundo entrou com pedido de falência nos Estados Unidos no início deste mês. Documentos oficiais publicados por liquidadores de Three Arrows Capital – e então deletados – mostram que 3AC deve US\$ 3,5 bilhões a 27 companhias.

Os fundadores explicaram na entrevista como as apostas no token LUNA – da rede Terra –, no Grayscale Bitcoin Trust e em staked ether (stETH) azedaram.

“Falhamos em perceber que LUNA era capaz de cair até zero em uma questão de dias”, disse Zhu.

Ambos os fundadores de Three Arrows Capital se negaram a comentar onde estão, mas disseram que estão a ca-

minho de Dubai, de onde esperam conseguir gerenciar a liquidação de 3AC.

“Existem tantas pessoas em cripto que fazem ameaças de morte ou todo esse tipo de barulho”, disse Zhu. “Acreditamos ser do interesse de todos se nós pudermos estar seguros fisicamente e manter um perfil discreto”.

Three Arrows Capital deve bilhões a uma única empresa

No documento divulgado esta semana, constava que o maior credor do fundo de hedge era Genesis Asia Pacific Pte. Ltd., uma unidade da subsidiária de corretagem do Digital Currency Group (DCG), que emprestou US\$ 2,3 bilhões para Three Arrows Capital.

MoneyTimes

Nubank disponibiliza negociação de criptomoedas para todos os clientes

Nubank informou nesta semana que disponibilizou a negociação de criptomoedas para todos os clientes por meio do Nubank Cripto.

Com isso, qualquer cliente da companhia poderá comprar e vender bitcoin (BTC) e ethereum (ETH) usando o aplicativo.

Nubank também informou que é possível adquirir as criptomoedas a partir de R\$ 1, visto que a empresa disponibilizou a negociação de frações desses ativos digitais.

Com isso, não é preciso desembolsar mais de R\$ 124 mil e R\$ 8 mil para comprar

BTC e ETH, respectivamente.

As transações com as criptomoedas podem ser feitas sem restrições de horários ou de dias da semana, segundo TecMundo.

Neste primeiro momento, estão disponíveis para negociação somente bitcoin e ethereum, mas a plataforma de serviços digitais espera adicionar outras criptomoedas em breve.

Porém, Nubank não informou quais seriam as novas criptomoedas, nem quando elas serão acrescentadas ao aplicativo.

Vitória Martini/MoneyTimes



Ex-gerente da Coinbase (COIN) é preso por acusações de insider trading e fraude eletrônica



Um ex-gerente de produtos da Coinbase (COIN) – Ishan Wahi – foi preso, acusado de fraude eletrônica ligada a um esquema de insider trading, segundo uma declaração do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DOJ, na sigla em inglês).

Wahi, que trabalhou na equipe de listagem de ativos informou, repetidamente, o próprio irmão, Nikhil Wahi, e o amigo Sameer Ramani – os quais enfrentam as mesmas acusações – sobre novas moedas que seriam listadas na Coinbase, afirma a declaração.

Os dois lucraram US\$ 1,5 milhão no mínimo em negociações ilegais de 25 criptoativos diferentes e em pelo

menos 14 listagens públicas distintas da Coinbase.

O promotor Damian Williams descreveu a situação como sendo “o primeiro caso de insider trading da história envolvendo mercados de criptomoedas”.

“Nossa mensagem com essas acusações é clara: fraude é fraude, independentemente se ela acontece em blockchain ou em Wall Street”, disse Williams.

Embora a negociação tenha ocorrido durante junho de 2021 e abril de 2022, o DOJ se referiu a um acontecimento em particular, no dia 11 de abril deste ano, quando Coinbase anunciou que potencialmente listaria dezenas de criptomoedas.

A declaração aponta um

tuíte do investidor e comentarista de cripto Cobie, em que este refere a “um endereço da Ethereum que comprou centenas de milhares de dólares em tokens apresentados exclusivamente na publicação da Coinbase Asset Listing, cerca de 24 horas antes de ser publicada”.

O tuíte estava aparentemente descrevendo a atividade de Ramani, disse o Departamento de Justiça, acrescentando que Ramani e Wahi “fizeram com que múltiplas carteiras de criptomoedas anônimas da Ethereum adquirissem grandes quantidades de pelo menos seis dos criptoativos” incluídos na listagem.

MoneyTimes



Edição impressa produzida pelo Jonal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Andorsi Participações S.A.

CNPJ/MF nº 20.393.453/0001-32

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				Demonstrações de Resultados referentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)			
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020	2021	2020
Circulante			Circulante				
Caixa e Bancos	660.291	704.848	Adiantamento TGPM	446.769	-	Receita Operacional	-
Contas a Receber de Empresas	-	-	Outras Contas a Pagar	903	777	Deduções e Impostos	-
Relacionadas	19.415.805	17.898.166	Total Passivo Circulante	447.672	777	Receita Operacional Líquida	-
Impostos a Recuperar	45.280	23.201	Não Circulante			Custos Operacionais	-
Total Circulante	20.121.376	18.626.215	Total Não Circulante			Lucro Bruto	-
Não Circulante			Patrimônio Líquido			Outras Receitas e (Despesas)	-
Investimentos	542.239.710	521.176.780	Capital	363.799.300	363.799.300	Despesas Operacionais	(37.561)
Total do Permanente	542.239.710	521.176.780	Prejuízos acumulados	(58.054.281)	(47.536.274)	Outras Receitas e (Despesas)	-
Total Não Circulante	542.239.710	521.176.780	Prejuízos do Exercício	(8.266.692)	4.481.993	Depreciação/Amortização	(11.294.465)
			Reserva Legal	334.445	334.445	Financeiras líquidas(cambiais)	350.776
			Ajustes de conversão acumulados	264.100.642	218.722.754	Resultado de equivalencia patrimonial	12.252.999
			Total do Patrimônio Líquido	561.913.415	539.802.218		1.271.749
			Total do Passivo	562.361.087	539.802.995		17.892.726
Total do Ativo	562.361.087	539.802.995					

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG

CNPJ/ME nº 09.134.807/0001-91 – NIRE 35.300.345.584
Ata da Assembleia Geral Ordinária

Aos 20/12/2021, às 11h00min, reuniram-se no gabinete da Prefeitura, os membros da Assembleia Geral da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos Sólidos de Guaratinguetá, na Rua Xavantes, 1.880, Jardim Aeroporto, Guaratinguetá-SP. **Presenças dos Convocados:** os subscritores da totalidade do capital social pertencente ao município de Guaratinguetá, o Sr. Prefeito Municipal Marcus Augustin Soliva, os membros do Conselho de Administração Srs. João Rodrigues de Alckmin Júnior, João Cesar Monteiro dos Santos, João Vitor dos Santos Costa, Renato Barboza Valentim e Miguel Sampaio Júnior e a **Presenças dos Convidados do Conselho Fiscal:** Cristiano Henrique Zaccara, José Antônio dos Santos Martins e Giuliano Lobo França. Presidiu a mesa o Sr. João Rodrigues de Alckmin Júnior, que convidou a mim, Sr. Diogo Tavares Margato, Diretor Administrativo e Financeiro, para secretariar a sessão. Instalada a reunião, procedeu-se à leitura dos assuntos constantes da ordem do dia que foram submetidos à apreciação. Dessa forma, o presidente da mesa determinou que fosse cumprida a seguinte **Ordem do Dia:** a) Indicação e eleição de novos Membros dos Conselheiros de Administração e Fiscal da Companhia; b) Integralização de capital; c) Alteração e Consolidação do Estatuto Social da SAEG. Presente o quórum, foram iniciados os trabalhos conforme ordem do dia: a) o senhor Miguel Sampaio Júnior, Diretor Presidente da Companhia, avocou o Estatuto Social vigente e fez leitura dos artigos 21 e seguintes e, ato sequente, submeteu, ao colegiado, os *curriculum vitae* e documentos dos indicados para compor os Conselhos de Administração e Fiscal da Companhia, os senhores: **José Carlos Guimarães Porto**, RG nº 5.947.897-4 SSP/SP e CPF nº 740.545.978-15, e **Margarida Sueli Macedo Bredariol Canettiari**, RG nº 13487300 SSP/SP e CPF nº 040.873.178-89. Após deliberação da Assembleia Geral ambos foram eleitos para comporem o Conselho de Administração, em substituição aos senhores conselheiros, João Rodrigues Alckmin Júnior e João César Monteiro dos Santos. **Tânia Mara Reis de Souza Rodrigues da Silva**, RG nº 168.962.421 SSP/SP, CPF/MF nº 083.401.148-40, para compor o Conselho Fiscal em substituição, ao senhor Conselheiro Christiano Henrique Zaccara. Após deliberação foi eleita para compor o Conselho Fiscal da Companhia. Os novos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal tamarão posse nos cargos aos quais foram eleitos em 03.01.2022, mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não possuem quaisquer impedimento por lei especial, que não estão incurso em nenhum crime que os impeçam de exercerem atividades mercantis ou administrar a sociedade, bem como que não estão condenados ou sob efeitos de condenação, à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Para os fins do § 2º do art. 149 da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, os respectivos endereços mencionados nesta ata serão os locais onde receberão citações e intimações de processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão. O mandato encerrará em 02.01.2024. b) Foi apresentado pelo Diretor Presidente a Escritura de Incorporação de Bens por Integralização de Capital Social, lavrada aos 17/11/2021, Livro 758, páginas 267/271, do 2º Tabelião de Notas, devidamente registrada perante o Ofício de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos Civil de Pessoa Jurídica de Guaratinguetá-SP, do imóvel de matrícula 36.147, onde fica situado a ETE Pedregulho. O valor do Capital Social da SAEG após a integralização é de R\$ 4.128.300,00, representado por 4.128.300 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, o que foi aprovado por unanimidade. c) Considerando a integralização do Capital Social consignada nesta ordem do dia; as alterações na estrutura administrativa e funcional da SAEG em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, nos autos do inquérito civil público nº 14.0276.0000378-2021-2 – 5ª Promotoria de Justiça de Guaratinguetá; a necessidade de adequação do prazo de gestão dos órgãos estatutários da Companhia ao que prescreve a Lei Federal nº 13.303, de 30/06/2016 foram apresentadas as novas redações e consolidadas as alterações realizadas no Estatuto Social da SAEG, na seguinte conformidade: 1. Alteração da redação do *caput* do artigo 6º, fazendo constar a incorporação de Capital Social tratada nesta Assembleia; 2. Inclusão de parágrafo único ao artigo 45 para vedar, ao Diretor Presidente que vier a compor o Conselho Administrativo da SAEG, de receber nova remuneração a título de prolabore; 3. Alteração do *caput* do artigo 50 para modificar o prazo de gestão dos membros do Conselho Administrativo, unificando-o ao dos componentes da Diretoria Executiva e adequando-o ao que prescreve a Lei Federal nº 13.303/2016, ou seja, de no máximo 2 anos, permitidas até 3 reconduções; 4. Supressão do inciso XXIII do artigo 55 para retirar do Conselho de Administração a competência de nomear e destituir os titulares da Auditoria Interna e da área de Conformidade e Gestão de Riscos, que passam a ser providas por concurso de provas e títulos; 5. Inclusão de artigo renumerado 58, para criação das Assessorias de Planejamento Estratégico e de Relacionamento e Sustentabilidade, cujos respectivos cargos de livre nomeação e exoneração ficam criados, com descrição e atribuições a serem dispostos em ato da Diretoria Executiva; 6. Alteração do *caput* do artigo 66, para estabelecer a periodicidade das reuniões da Diretoria Executiva; 7. Alteração do *caput* do artigo 72 para modificar o prazo de gestão dos membros do Conselho Fiscal, adequando-o ao que prescreve a Lei Federal nº 13.303/2016, ou seja, de no máximo 2 anos, permitidas até 2 reconduções; 8. Alteração do *caput* dos artigos 87 e 88, para alterar a forma de provimento de Auditor Interno e Conformidade e Gestão de Riscos para concurso público de provas e títulos e para criação da função de confiança de Ouvidor, respectivamente; 9. Alteração do *caput* do artigo 91 para dispor sobre indicação de empregado efetivo à função de confiança de Ouvidor; 10. A inserção do inciso renumerado II ao artigo 96, estabelecendo, à Auditoria Interna, a responsabilidade por "(...) aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras"; e 11. A inserção do inciso renumerado XI no artigo 103 para dotar a Área de Conformidade e Gestão de Risco da competência de atuar como encarregado, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14/08/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). Todas as alterações, supressões e inserções propostas foram aprovadas e o texto do Estatuto Social da SAEG foi renumerado e consolidado. **Encerramento:** Não havendo mais assuntos a deliberar, foram encerrados os trabalhos. Foi então, suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, depois de transcrita, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Guaratinguetá, 20/12/2021. **João Rodrigues de Alckmin Júnior** – Presidente do Conselho Administração – Acionista; **Marcus Augustin Soliva** – Prefeito Municipal de Guaratinguetá – Acionista; **João César Monteiro dos Santos** – Vice-Presidente do Conselho Administração – Acionista; **João Vitor dos Santos Costa** – Membro do Conselho Administração – Acionista; **Renato Barboza Valentim** – Membro do Conselho Administração; **Miguel Sampaio Júnior** – Diretor Presidente e Membro do Conselho Administração; e **Diogo Tavares Margato** – Diretor Administrativo e Financeiro. JUCESP – Registrado sob o nº 364.601/22-0 em 18/07/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BRVias Holding VRD S.A.

CNPJ/ME nº 12.321.274/0001-61 – NIRE 35.300.352.441

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de julho de 2022

1. **Data, Horário e Local:** 21/07/2022, às 10:00hs, na Rua João Moreira da Silva, nº 509, Sala A, Lins-SP. 2. **Mesa:** Ricardo Constantino – Presidente; Eduardo Lamonato Faggion – Secretário. 3. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a rerratificação da ata da AGE realizada em 18 de julho, protocolada sob o nº 0.900.630/22-0 perante a JUCESP e "AGE 18.07.22", respectivamente), rerratificada pela Ata da AGE realizada em 19 de julho, protocolada sob o nº 0.912.332/22-0 perante a JUCESP (Rerrat AGE 19.07.22), que autorizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Cia., no valor total de R\$75.000.000,00, nos termos da Lei das S.A., objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385/76, da Instrução da CVM nº 476, de 16/01/2009 ("Oferta" e "5ª Emissão de Debêntures", respectivamente); e (ii) autorizar a Diretoria da Cia. a realizar todos e quaisquer atos necessários para formalizar as deliberações acima, bem como celebrar todo e qualquer documento necessário à implementação e formalização da 5ª Emissão de Debêntures, em consonância com as deliberações aprovadas nesta rerratificação da ata da AGE 18.07.22. 5. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos, os Srs. Diretores examinaram os itens constantes da Ordem do Dia e tomaram as seguintes deliberações, por unanimidade e sem ressalvas: i) Aprovar a rerratificação da ata AGE 18.07.22, rerratificada pela Ferrat AGE 19.07.22, para alterar o item "(iii) da Ordem do Dia" que passará a ter a seguinte redação: **Ordem do Dia: Deliberar sobre: [...]; (iii) a constituição, em garantia às obrigações assumidas pela Cia., no âmbito das Debêntures, da cessão fiduciária da conta corrente vinculada e de todos os recursos financeiros que venham a ser depositados e/ou mantidos nesta conta vinculada, tais como, mas não se limitando (i) aos Direitos e Rendimentos das Ações ViaRondon decorrentes da Alienação Fiduciária das Ações ViaRondon que sejam efetivamente pagos à BRVias observadas as regras existentes no Onus Existente, e (ii) a todos os recursos decorrentes dos pagamentos de mútuo pela ViaRondon que vierem a ser recebidos a qualquer tempo pela BRVias ("Conta Vinculada" e "Cessão Fiduciária", respectivamente). iii) Os diretores, aprovaram consignar em ata, expressamente, a ratificação de todos os atos que eventualmente e posteriormente tenham sido praticados pela Diretoria da Cia. em relação a estas deliberações. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Lins, 21/07/2022. Assinaturas: Mesa: Ricardo Constantino – Presidente; Eduardo Lamonato Faggion – Secretário.**

Mercúrio Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 21.042.857/0001-44 – NIRE 35.300.470.281 – ("Companhia")

Ata da Reunião de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2022

1. **Data, Hora e Local:** Realizada no dia 12/07/2022, às 10hrs, na sede social da Companhia, na Rua Olimpíadas, 205, conj. 142/143, sala L, 04.551-000, São Paulo, SP. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os acionistas da Companhia, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76 ("LSA"). 3. **Composição da Mesa:** Presidiu a reunião o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que convidou a mim, André Galhardo de Camargo, para secretariar os trabalhos. 4. **Ordem do Dia:** (i) Autorização para a prestação de fiança, por parte da Companhia, em favor da CONCEPA – Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre S.A. 5. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o Presidente da mesa determinou a lavratura da presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, § 1º e § 2º da LSA e, após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: 5.1. Com relação ao item (i) da ordem do dia, os Acionistas da Companhia, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram e autorizaram a prestação de fiança pela Companhia, em favor da sua investida CONCEPA, nos termos do Contrato de Contragarantia celebrado com a Ezze Seguros S.A. em 11/03/2022, anexo ao presente instrumentos, limitando-se ao valor máximo de até R\$ 2.266.810,74. 5.2. Por fim, os Acionistas da Companhia autorizaram que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, bem como, ratificar todos os atos já praticados para tais finalidades. 6. **Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual após lida seus termos em voz alta, aprovada e achada conforme foi assinada pelos presentes. São Paulo, 12/07/2022. **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; André Galhardo de Camargo – Secretário. **Acionistas:** TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., Carlo Alberto Bottarelli, **Carlo Alberto Bottarelli**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 367.532/22-0 em 20/07/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,5342	Peso (Chile) - 0,005808
Dólar (EUA) - 5,4522	Peso (México) - 0,2659
Franco (Suíça) - 5,6735	Peso (Uruguai) - 0,1304
Iene (Japão) - 0,04005	Yuan (China) - 0,8077
Libra (Inglaterra) - 6,5535	Rublo (Rússia) - 0,09802
Peso (Argentina) - 0,04202	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5765

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R\$ 5,4516 / R\$ 5,4522 **
Câmbio livre mercado - R\$ 5,4970 / R\$ 5,4990 *
Turismo - R\$ 5,5500 / R\$ 5,6650

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,03%

OURO BM&F
R\$ 301,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: -0,11%
Pontos: 98.925
Volume financeiro: R\$ 18,200 bilhões
Maiores altas: BRF SA ON (4,62%), Suzano SA ON (2,78%), Sabesp ON (2,76%)
Maiores baixas: IRB Brasil ON (-8,26%), Americanas ON (-5,91%), Magazine Luiza ON (-4,98%)

S&P 500 (Nova York): -0,93%
Dow Jones (Nova York): -0,43%
Nasdaq (Nova York): -1,87%
CAC 40 (Paris): 0,25%
Dax 30 (Frankfurt): 0,05%
Financial 100 (Londres): 0,08%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,40%
Hang Seng (Hong Kong): 0,17%
Shanghai Composite (Xangai): -0,06%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,05%
Merval (Buenos Aires): 1,64%
IPC (México): -0,32%

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/ME nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2022

Data, Horário e Local: Aos 15/06/2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia.
Convocação e Presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidida por Edvar Vilela de Queiroz Filho e secretariada por Daniel Correa de Miranda. **Deliberações da Ordem do Dia:** Os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: 1. Aprovar a alteração das regras para convocação da assembleia geral da Companhia, conforme redação constante do Artigo 6º. § 1º do estatuto social da Companhia; 2. Aprovar a inclusão de novas matérias sujeitas a deliberação da assembleia geral da Companhia e a definição de quórum qualificado para a deliberação de tais matérias, conforme redação constante do Artigo 7º do estatuto social da Companhia; 3. Aprovar a inclusão de novas matérias sujeitas a deliberação do Conselho de Administração da Companhia e a definição de quórum qualificado para deliberação de determinadas matérias, conforme redação constante do Artigo 17º e do Artigo 17º. § 1º do estatuto social; 4. Aprovar a reforma e a consolidação do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo I; e 5. Aprovar a lavratura desta ata sob a forma de sumário. 6. A eficácia das deliberações aprovadas nos itens acima está sujeita à aprovação desta ata e deste estatuto social pela Comissão de Valores Mobiliários. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 15/06/2022. **Acionistas:** A totalidade: **Estatuto Social: Capítulo I – Denominação, Sede e Duração:** Artigo 1º. A CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, incluindo Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), Artigo 2º. A Companhia tem sede na Cidade de São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.779, 5º andar, conjunto nº 51, Jardim Paulista, CEP 01452-914. § Único. A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir ou encerrar filiais, agências, escritórios, estabelecimentos ou representações da Companhia de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior. Artigo 3º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II – Objeto Social:** Artigo 4º. A Companhia tem por objeto social as seguintes atividades: (i) administração de plataforma eletrônica e/ou sistemas de compensação e liquidação, com a finalidade de exercer atividades de registro e depósito centralizado de títulos, valores mobiliários e de outros ativos e instrumentos financeiros ("Ativos Financeiros"), incluindo o registro de ônus e gravames sobre Ativos Financeiros decorrentes de negociação entre os participantes ou ainda, por determinação das autoridades brasileiras competentes; (ii) criação e desenvolvimento de softwares voltados para os mercados financeiros, de capitais e segurador; (iii) processamento de dados e gerenciamento de softwares; (iv) constituição e gestão de bancos de dados e atividades correlatas; (v) exploração dos direitos de uso de softwares; (vi) consultoria em tecnologia da informação relacionada às atividades acima descritas; (vii) apoio administrativo e operacional, incluindo a análise e inserção de dados e informações nos sistemas de tecnologia da informação desenvolvidos e/ou utilizados pela Companhia; e (viii) participação no capital social de outras sociedades e *joint ventures* que tenham por objeto atividades complementares, conexas ou semelhantes àquelas desenvolvidas pela Companhia. § Único. Os serviços que eventualmente dependam de prévia autorização pelas autoridades brasileiras e órgãos reguladores, notadamente Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Superintendência de Seguros Privados, somente poderão ser prestados pela Companhia após a obtenção das respectivas autorizações. **Capítulo III – Capital Social e Ações:** Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$232.440.394,83 dividido em 112.269.556 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional". § 1º. As ações são nominativas e sua propriedade será comprovada pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. § 2º. As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia. § 3º. A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, é facultado emitir ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir, desde que o número de ações preferenciais sem direito de voto não ultrapasse o limite previsto em lei. **Capítulo IV – Assembleias Gerais:** Artigo 6º. As Assembleias Gerais realizar-se-ão, ordinariamente, nos primeiros 4 meses após o encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. § 1º. As Assembleias Gerais serão convocadas, a qualquer momento, pelo Presidente do Conselho de Administração, por decisão deste ou a pedido por escrito de qualquer acionista que detenha pelo menos 5% do capital social da Companhia, ou de acordo com as demais disposições legais aplicáveis, com no mínimo, 8 dias de antecedência, nos termos da legislação aplicável. Na hipótese de o Presidente do Conselho de Administração deixar de realizar a convocação da Assembleia Geral em 3 dias do recebimento do pedido por escrito de qualquer acionista nos termos deste §, o referido acionista poderá convocar a Assembleia Geral em seu lugar. § 2º. Os trabalhos da Assembleia Geral devem ser dirigidos por mesa composta de presidente e secretário. O presidente da mesa será o Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, qualquer outra pessoa presente na Assembleia Geral e escolhida pela maioria dos acionistas presentes na Assembleia Geral. O secretário da mesa será qualquer pessoa indicada pelo presidente da Assembleia Geral. § 3º. As Assembleias Gerais somente se instalarão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, pelo menos, 2/3 do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas presentes. § 4º. Independentemente das formalidades legais de convocação para Assembleias Gerais, será considerada regularmente convocada a Assembleia Geral em que comparecerem todos os acionistas da Companhia. Artigo 7º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, neste Estatuto Social e em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. § Único. As matérias abaixo definidas dependerão de voto afirmativo de acionistas representando, no mínimo, 2/3 do capital social votante da Companhia, exceto se quórum diverso estiver previsto no acordo de acionistas da Companhia arquivado em sua sede ou na lei aplicável (neste último caso, apenas na hipótese de o quórum previsto em lei aplicar-se maior): (i) alteração do Estatuto Social, ressalvadas as alterações relacionadas ao desenvolvimento das atividades da Companhia conforme exigido pela legislação aplicável, nos termos do acordo de acionistas da Companhia arquivado na sua sede; (ii) pedido de autorização para serviços regulados, nos termos do acordo de acionistas da Companhia arquivado na sua sede; (iii) aprovação do início efetivo das atividades após a concessão de quaisquer das autorizações que estão sujeitas à aprovação nos termos do item (ii) acima, nos termos do acordo de acionistas da Companhia arquivado na sua sede; (iv) alteração dos direitos das ações de emissão da Companhia, criação de nova classe ou espécie de ações ou conversão das ações existentes em outras classes ou espécies de ações; (v) emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia exceto de acordo com o plano de incentivo de longo prazo da Companhia conforme aprovado nos termos do acordo de acionistas da Companhia arquivado na sua sede; (vi) aprovação do plano de incentivo de longo prazo da Companhia nos termos do acordo de acionistas da Companhia arquivado na sua sede; (vii) resgate de ações ou qualquer espécie de aquisição, pela Companhia, das ações de emissão da Companhia ou de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (viii) capitalizações (aumento do capital social) ou redução do capital social da Companhia, com ou sem a emissão e/ou o cancelamento de ações; (ix) aprovação do valor anual máximo da remuneração dos administradores da Companhia; (x) autorização para que a administração da Companhia realize pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou deliberação sobre a dissolução, liquidação ou extinção da Companhia; (xi) aprovação de celebração ou alteração de contratos entre a Companhia e Partes Relacionadas (conforme definido no Artigo 17º, Artigo 17º. § 3º abaixo); (xii) qualquer alteração nos termos da política de dividendos da Companhia; (xiii) alterações, atualizações e modificações em valor superior a 10% do orçamento anual da Companhia; (xiv) aprovação do pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outro pagamento pela Companhia aos acionistas em desacordo com as políticas da Companhia; (xv) cisão, incorporação da Companhia ou de suas ações, incorporação de sociedade ou aquisição ou subscrição de ações de outra sociedade pela Companhia, transformação do tipo societário ou qualquer reorganização societária envolvendo a Companhia; (xvi) arquivamento de documentos e/ou prática dos atos necessários à admissão da Companhia à negociação em qualquer bolsa de valores mobiliários; (xvii) aprovação do ajustamento pela Companhia de quaisquer ações judiciais ou litígios em que a parte contrária (e não a entidade responsável pela decisão do litígio) seja qualquer autoridade governamental; (xviii) aprovação de prestação e concessão de garantias, inclusive penhor, endosso, fiança, carta de fiança, aval, nota promissória, *comfort letter*, letras de câmbio, entre outros, pela Companhia em favor de terceiros; (xix) qualquer dos assuntos acima com relação a qualquer pessoa na qual a Companhia detenha qualquer participação ou direito. Artigo 8º. As deliberações tomadas em Assembleia Geral serão lavradas sob a forma de ata sumária, que vinculará todos os Acionistas, presentes ou ausentes, para todos os efeitos de direito, obrigando os Diretores da Companhia, que deverão seguir estritamente as deliberações tomadas em Assembleia Geral. A ata deverá ser transcrita no Livro de Registro de Atas de Assembleias da Companhia. Será válida a ata assinada apenas pelo presidente e secretário da reunião, com anuência dos acionistas presentes. A ata deverá ser redigida em português e acompanhada de tradução livre para inglês. **Capítulo V – Administração:** Artigo 9º. A administração da Companhia caberá ao Conselho de Administração e à Diretoria, com

os poderes conferidos pela lei aplicável e por este Estatuto Social. § 1º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante assinatura do termo de posse, e nos livros de Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, respectivamente. § 2º. Os membros dos órgãos da administração deverão observar, no que for aplicável, as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede social, e não serão computados os votos proferidos nas reuniões dos órgãos de administração em violação ao disposto em tais acordos de acionistas. Artigo 10º. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada anualmente pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição individual. Artigo 11º. Tanto o Conselho de Administração como a Diretoria deverão ser compostos por pessoas de reputação ilibada e reconhecida capacidade profissional, que deverão decidir sobre os assuntos de sua competência de forma independente e em conformidade com os interesses da Companhia. **Capítulo VI – Conselho de Administração:** Artigo 12º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 9 membros, dos quais um será o seu Presidente, residentes ou não no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral da Companhia e por ela destituíveis a qualquer tempo. A Assembleia Geral, quando da eleição dos membros do Conselho de Administração, deverá designar o seu Presidente. § 1º. O Conselho de Administração deverá ser composto por no mínimo, 25% por cento de conselheiros independentes, conforme definido no § 4º deste artigo. § 2º. O mandato dos membros do Conselho de Administração será unificado e de 2 anos, sendo permitidas sucessivas reeleições. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. § 3º. Em caso de renúncia ou impedimento permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o Presidente do Conselho de Administração deverá convocar Assembleia Geral no prazo de até 30 dias corridos da data do pedido de substituição ou da ocorrência do evento que causar a vacância, para eleger seu substituto, que completará o prazo de gestão em curso. § 4º. Para fins de aplicação do disposto no § 1º deste artigo, é considerado membro independente aquele que não mantém vínculo com: (i) a Companhia, sua controladora direta ou indireta, controladas ou sociedade submetida a controle comum direto ou indireto; (ii) administrador da Companhia, sua controladora direta ou indireta, ou controlada; (iii) pessoa autorizada a operar nos mercados administrados pela Companhia; e (iv) sócio detentor de 10% ou mais do capital votante da Companhia. § 5º. Conceitua-se como vínculo previsto no "caput" do § 4º deste artigo: (i) relação empregatícia ou decorrente de contrato de prestação de serviços profissionais permanentes ou participação em qualquer órgão administrativo, consultivo, fiscal ou deliberativo; (ii) participação direta ou indireta, em percentual igual ou superior a 10% do capital total ou do capital votante; ou (iii) ser cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau. § 6º. Equipara-se à relação atual, para efeito do disposto no item (i) do § 5º deste artigo, aquela existente no prazo de até 1 ano antes da posse como membro do Conselho de Administração. § 7º. Não se considera vínculo para efeito do disposto no § 5º, a participação em órgão administrativo ou fiscal na qualidade de membro independente. Artigo 13º. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por qualquer de seus membros, mediante notificação escrita em português, acompanhada de tradução livre em inglês, por meio eletrônico ou carta com aviso de recebimento, entregue a todos os demais membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 5 dias úteis, com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, sendo certo que as reuniões do Conselho de Administração deverão ocorrer, no mínimo, com periodicidade trimestral. § 1º. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício. § 2º. Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros por si ou que tenham nomeado outro membro do Conselho de Administração para votar em seu nome, na forma do § 4º deste artigo. § 3º. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões serão presididas por qualquer membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião designar o secretário. § 4º. No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração durante o prazo de gestão para o qual foi eleito, o conselheiro ausente ou temporariamente impedido poderá nomear outro membro do Conselho de Administração, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração. Artigo 14º. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas em inglês e: (a) pessoalmente, na sede da Companhia; ou (b) remotamente, por quaisquer meios eletrônicos, incluindo sem se limitar a vídeo conferência ou conferência telefônica. Os membros do Conselho de Administração podem (i) nomear qualquer outro membro como seu procurador para votar em assembleia, desde que a procuração seja entregue ao presidente do Conselho de Administração, ou (ii) enviar seu voto ao presidente do Conselho de Administração, antes da reunião, por correio, correio eletrônico, fac-símile, carta registrada ou carta entregue em mãos. § 1º. No caso de reunião realizada por quaisquer meios eletrônicos, incluindo mas sem se limitar a vídeo conferência ou conferência telefônica, é necessário que: (i) os membros do Conselho de Administração possam ser claramente identificados; e (ii) os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião confirmem seus votos, por meio de carta, e-mail ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, imediatamente após a reunião. § 2º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, sob a forma sumária, a qual vinculará todos os conselheiros, presentes e ausentes, e deverá ser assinada por todos os conselheiros presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Será válida a ata assinada apenas pelo presidente e secretário da reunião, com anuência dos membros do Conselho de Administração presentes. A ata deverá ser redigida em português e ser acompanhada de tradução livre em inglês. Artigo 15º. Será considerado presente às reuniões do Conselho de Administração, o conselheiro que: (a) nomear qualquer outro conselheiro como seu procurador para votar, desde que a procuração seja entregue ao Presidente do Conselho de Administração; (b) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, via e-mail, fac-símile, carta registrada ou carta entregue em mãos; ou (c) participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que observadas as condições do Artigo 14º. § 1º acima. Artigo 16º. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros presentes na reunião, exceto nas hipóteses previstas no § 1º do Artigo 17º abaixo e no acordo de acionistas da Companhia arquivado em sua sede. Artigo 17º. Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei, por este Estatuto Social ou pelo acordo de acionistas da Companhia arquivado em sua sede, competirá de forma exclusiva ao Conselho de Administração deliberar sobre as seguintes matérias: (i) fixação, orientação e supervisão geral dos negócios da Companhia; (ii) aprovação e/ou alteração dos regulamentos internos, das políticas e dos códigos necessários para o desenvolvimento dos negócios da Companhia de acordo com a Instrução CVM nº 461, de 23/10/2007, conforme alterada, e com a legislação aplicável; (iii) realização de chamadas de capital para a integralização de ações subscritas e não integralizadas; (iv) elaboração da proposta de declaração, distribuição e fixação das condições de pagamento de dividendos, incluindo dividendos intermediários e intercambiais e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, para aprovação da Assembleia Geral; (v) deliberação sobre a remuneração individual dos administradores dentro do limite máximo anual estabelecido pela Assembleia Geral; (vi) aprovação de qualquer mudança substancial e materialmente relevante nas políticas contábeis da Companhia; (vii) deliberação sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (viii) aprovação e/ou alteração a planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações, planos de previdência privada, planos de incentivo ou quaisquer outros planos semelhantes da Companhia em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, direta ou indiretamente; (ix) aprovação ou alteração de política de remuneração variável de administradores e empregados; (x) aprovação da eleição ou destituição dos Diretores da Companhia; (xi) aprovação do plano de negócios da Companhia e suas alterações e/ou revisões periódicas; (xii) aprovação da proposta orçamentária da Companhia para o exercício seguinte, incluindo o orçamento da Diretoria de Fiscalização e Supervisão previamente aprovado pelo Comitê de Fiscalização e Supervisão; (xiii) aprovação de contratos que gerem obrigações para a Companhia cujo valor seja igual ou superior a R\$ 300.000,00, de forma isolada ou agregada, no mesmo exercício social, exceto se previsto no plano de negócios ou no orçamento de capital da Companhia; (xiv) aprovação de contratos com clientes com prazo superior a 5 anos e/ou cláusula de exclusividade, exceto se previsto no plano de negócios ou no orçamento de capital da Companhia; (xv) aprovação da aquisição de bens, direitos e outros ativos envolvendo valor igual ou superior a R\$ 300.000,00, de forma isolada ou agregada, no mesmo exercício social, exceto se previsto no plano de negócios ou no orçamento de capital da Companhia; (xvi) aprovação da alienação, transferência, oeração ou qualquer outra forma de disposição, a qualquer título, de ativos isolados ou intangíveis quando o valor da operação ultrapassar, R\$ 100.000,00, de forma isolada ou agregada, no mesmo exercício social, exceto se previsto no plano de negócios ou no orçamento de capital da Companhia; (xvii) participação em outras sociedades, fundos de investimento, consórcios ou empreendimentos, bem como qualquer forma de aquisição, compra, subscrição, desinvestimento, oeração, alienação ou liquidação de participações societárias; (xviii) aprovação da contratação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pela Companhia, no valor igual ou superior a R\$ 100.000,00, de forma isolada ou agregada, no mesmo exercício social, exceto se previsto no plano de negócios da Companhia ou no orçamento de capital da Companhia; (xix) aprovação da realização de despesas, em valor igual ou superior a R\$ 100.000,00, de forma isolada ou agregada, no mesmo exercício social, exceto se previsto no plano de negócios ou no orçamento de capital da Companhia ou no plano corporativo de continuidade de negócios; (xx) realização de acordo em qualquer disputa, arbitragem ou outro processo relevante em valor superior a R\$ 200.000,00; (xxi) nomeação ou destituição de auditores independentes para a auditoria de demonstrações financeiras da Companhia, exceto por auditores independentes pré-aprovados nos termos do acordo

de acionistas da Companhia arquivado em sua sede; (xxii) aprovação do plano corporativo de continuidade dos negócios; (xxiii) aprovação do relatório anual de controles internos de riscos operacionais. (xxiv) aprovação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia a serem submetidas à Assembleia Geral; (xxv) desenvolvimento de qualquer atividade fora do escopo do objeto social da Companhia, exceto se necessário para os negócios atuais ou futuros da Companhia nos termos do acordo de acionistas da Companhia arquivado em sua sede; (xxvi) capitalizações (aumento do capital social) dentro do limite do capital autorizado, em casos não contemplados no plano de incentivo de longo prazo da Companhia conforme aprovado nos termos do acordo de acionistas da Companhia arquivado em sua sede; (xxvii) transferência de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações devido a doença grave de um acionista nos termos do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia; (xxviii) nos termos do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, (a) renúncia a qualquer das obrigações de não-competição ou de não-solicitação ali previstos; ou (b) qualquer aprovação para que a Companhia deixe de pagar eventuais remunerações devidas no âmbito das obrigações de não-competição; (xxix) aprovação do ajustamento pela Companhia (a) de quaisquer ações judiciais ou litígios em geral em que a parte contrária (e não a entidade responsável pela decisão do litígio) seja ou que envolva, sob qualquer forma, qualquer autoridade governamental; ou (b) de reclamação, notificação ou pedido de investigação perante uma autoridade governamental contra (ou citando práticas ilegais, incluindo de natureza anticompetitiva) qualquer terceiro, seja relacionado a processos judiciais, arbitrais ou administrativos; (xxx) aprovação da destituição de Diretor da Companhia, nos termos do acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia; e (xxxi) qualquer um dos assuntos acima com relação a qualquer pessoa na qual a Companhia detenha qualquer participação ou direito. § 1º. Observado o disposto no § 2º abaixo, as deliberações do Conselho de Administração que versem sobre as matérias indicadas nos itens (vii), (viii), (ix), (xi), (xii) (xiii), (xiv), (xv), (xvi), (xvii), (xviii), (xix), (xxi), (xxvi), (xxvii) e (xxviii) deste Artigo 17º dependerão, para sua aprovação, do voto afirmativo de ao menos: (a) 4 membros do Conselho de Administração caso o Conselho de Administração seja composto por 5 membros; (b) 5 membros caso o Conselho de Administração seja composto por 6 membros; (c) 6 membros caso o Conselho de Administração seja composto por 7 membros; (d) 7 (sete) membros caso o Conselho de Administração seja composto por 8 membros; ou (e) 8 membros caso o Conselho de Administração seja composto por 9 membros. § 2º. As quantias expressas em reais neste Artigo 17º serão corrigidas anualmente com base na variação positiva do Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IPCA) a partir de 12/09/2018. § 3º. Para fins do presente Estatuto Social, "Parte Relacionada" significa, com relação a uma pessoa física ou jurídica, (i) qualquer de suas Filiais e/ou sócios, acionistas, quotistas (em qualquer caso, diretos ou indiretos), conselheiros, diretores e/ou administradores e seus respectivos cônjuges, ex-cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes ou parentes até o segundo grau (ii) pessoas jurídicas nas quais a referida pessoa ou suas Filiais detenha, direta ou indiretamente, qualquer participação e/ou qualquer um dos diretores, executivos e gerentes da referida pessoa detenha qualquer participação; e/ou (iii) qualquer pessoa jurídica em que a referida pessoa, incluindo aquelas mencionadas nos itens (i) e (ii), atue como um diretor, executivo, sócio, administrador, consultor e/ou agente fiduciário, sendo certo que a definição de Parte Relacionada não deve incluir qualquer participação detida por qualquer pessoa em sociedades anônimas que representem um percentual inferior a cinco por cento (5%) do capital total e votante de tais sociedades anônimas, desde que tal pessoa não seja parte de nenhum acordo de acionista ou quaisquer arranjos semelhantes que regulem quaisquer direitos de voto ou políticos na referida sociedade anônima. § 4º. Para fins do presente Estatuto Social, "Afiliada" significa, com relação a uma pessoa específica, qualquer outra pessoa que, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, Controle, seja Controlada ou esteja sob Controle comum com referida pessoa. Para fins de esclarecimento, caso a pessoa em questão seja um fundo de investimento, uma *limited partnership* ou outras entidades similares de investimento, ou tenha um Controlador que seja um fundo de investimento ou uma *limited partnership* ou outras entidades similares de investimento, também serão consideradas Afiliadas de tal pessoa: (i) o gestor ou *general partner*, conforme o caso, de tal fundo de investimento ou *limited partnership*, bem como quaisquer Afiliadas de tal gestor ou de tal *general partner*; (ii) quaisquer fundos de investimento ou *limited partnerships* que estejam sob Controle de qualquer das pessoas indicadas no item "i" acima; ou (iii) qualquer pessoa que seja Controlada por tais fundos de investimento ou *limited partnerships*. § 5º. Para fins do presente Estatuto Social, "Controle" tem o significado que lhe é atribuído pelos Artigos 116 e 243 da Lei das S.A. Nos casos envolvendo fundos de investimentos, *limited partnerships* ou outros veículos similares de investimento, Controle significa o poder discricionário dado ao respectivo administrador ou gestor do fundo ou ao *general partner* de administrar e dirigir as atividades, decisões e investimento de tal veículo de investimento (sendo que a existência de comitê de investimento ou foros decisórios no âmbito do fundo ou da *limited partnership* não descaracterizará tal poder discricionário, desde que, se formados por investidores, limitem-se a aprovar ou reprovar recomendações de investimentos do gestor do fundo ou *general partner*). Artigo 18º. O Conselho de Administração da Companhia poderá criar, a seu exclusivo critério, comitês para auxiliar na execução de suas atividades, mediante deliberação de seus membros. **Capítulo VII – Comitê de Fiscalização e Supervisão:** Artigo 19º. O Comitê de Fiscalização e Supervisão é subordinado ao Conselho de Administração e terá como propósito auxiliar referido órgão na execução de suas atividades especificamente no que se refere à fiscalização e supervisão. Artigo 20º. O Comitê de Fiscalização e Supervisão será composto por 3 membros, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. § 1º. O mandato dos membros do Comitê de Fiscalização e Supervisão será unificado e de 3 anos, sendo permitidas sucessivas reeleições. Os membros do Comitê de Fiscalização e Supervisão permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. § 2º. No caso de vacância de qualquer cargo de membro do Comitê, o Conselho de Administração nomeará substituto. § 3º. Os membros do Comitê poderão ser destituídos pelo Conselho de Administração a qualquer tempo, durante a vigência do seu mandato, nas hipóteses de conflito de interesse ou no descumprimento das obrigações inerentes ao seu cargo. § 4º. Os membros do Comitê deverão eleger um presidente, entre si. § 5º. Entre os membros do Comitê de Fiscalização e Supervisão, 2/3 deverão ser independentes, conforme definido nos parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º do artigo 12 deste Estatuto Social. Artigo 21º. São atribuições do Comitê de Fiscalização e Supervisão: (i) fiscalizar a efetividade e suficiência da estrutura de gestão de riscos inerentes às atividades da Companhia; (ii) analisar as demonstrações financeiras da Companhia, auditadas e não auditadas por auditores independentes, e efetuar as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (iii) supervisionar o cumprimento do código de conduta ética da Companhia; (iv) supervisionar o cumprimento da política de risco operacional e controles internos, política de *compliance* e analisar os reportes encaminhados pela Diretoria de Governança, Riscos e Controles Internos da Companhia; (v) supervisionar as atividades da Diretoria de Fiscalização e Supervisão da Companhia; (vi) julgar os processos instaurados pela Diretoria de Fiscalização e Supervisão no âmbito da plataforma da Companhia e determinar ao Diretor de Fiscalização e Supervisão a aplicação das devidas penalidades; (vii) elaborar seu próprio regimento interno e encaminhar para aprovação ao Conselho de Administração; (viii) aprovar os procedimentos para instauração e tramitação de processos conduzidos pelo Diretor de Fiscalização e Supervisão; (ix) propor ao Conselho de Administração da Companhia a nomeação dos auditores independentes e, no caso de rejeição pelo Conselho de Administração, ratificar o auditor independente indicado pelo Conselho de Administração; (x) propor ao Conselho de Administração, a destituição dos auditores independentes; (xi) propor ao Conselho de Administração da Companhia as ações que forem necessárias para aperfeiçoamento dos resultados da Diretoria de Fiscalização e Supervisão; e (xii) analisar e aprovar a proposta orçamentária e a programação anual de trabalho da Diretoria de Fiscalização e Supervisão. § Único. Os membros do Comitê de Fiscalização e Supervisão deverão: (i) cumprir e fazer cumprir o regimento interno do Comitê de Fiscalização e Supervisão; (ii) guardar sigilo das informações; e (iii) prestar esclarecimentos ao Conselho de Administração sempre que solicitado. Artigo 22º. O Comitê de Fiscalização e Supervisão funcionará de acordo com o quanto disposto em seu regimento interno, o qual disporá, entre outros assuntos, sobre as reuniões de referido Comitê de Fiscalização e Supervisão, procedimentos para sua convocação, quórum, direito de voto e deveres dos membros do Comitê de Fiscalização e Supervisão. **Capítulo VIII – Diretoria:** Artigo 23º. A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 membros, todos residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração em reunião própria, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor de Fiscalização e Supervisão, 1 Diretor de Governança Riscos e Controles Internos e os demais, Diretores Executivos. Os cargos de Diretor Presidente, Diretor de Governança, Riscos e Controles Internos e os demais Diretores Executivos terão o mandato unificado de 2 anos, permitidas sucessivas reeleições, e o cargo de Diretor de Fiscalização e Supervisão terá o mandato unificado de 3 anos, permitidas sucessivas reeleições. § 1º. Os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. § 2º. Os Diretores ficarão dispensados de prestar caução. § 3º. Na ausência ou no impedimento temporário de qualquer dos Diretores, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor indicado pelo Conselho de Administração. § 4º. Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em reunião do Conselho de Administração a ser realizada no prazo de 30 dias após o evento que der causa a vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso. Artigo 24º. Compete ao Diretor Presidente: (i) zelar pela implementação e execução das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração na orientação geral dos negócios da Companhia; e (ii) supervisionar as atividades desenvolvidas pelos Diretores Executivos e pelo Diretor de Governança, Riscos e Controles Internos. (iii) em conjunto com a Diretoria de Governança, Riscos e Controles Internos: (a) implementar os procedimentos de gestão de riscos e controle internos; (b) elaborar a política de risco operacional e controles internos e a política de compliance;

continua ...

... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de junho de 2022, às 10:00 horas da CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

(c) elaborar o código de conduta ética da Companhia. (iv) dirigir o setor de recursos humanos da Companhia. Artigo 25º. Compete aos demais membros da Diretoria Executiva: (i) planejar e elaborar os orçamentos e planos de negócios da Companhia; (ii) responder pelo controle da execução dos orçamentos mencionados no item acima; (iii) movimentar contas bancárias, administrar e investir os recursos financeiros da Companhia; e (iv) dirigir os setores de tecnologia, administrativo, financeiro, operacional e comercial da Companhia. Artigo 26º. Compete ao Diretor de Fiscalização e Supervisão: (i) supervisionar as operações cursadas na plataforma da companhia; (ii) supervisionar a atuação dos participantes na plataforma; (iii) elaborar os procedimentos para instauração e tramitação de processos a serem conduzidos pela Diretoria de Fiscalização e Supervisão; (iv) aplicar a participantes da plataforma as penalidades que tenham sido determinadas pelo Comitê de Fiscalização e Supervisão; e (v) instaurar processos para apurar infrações dos regulamentos e demais normas editadas pela Companhia. § Único. A Diretoria de Fiscalização e Supervisão deve possuir autonomia na gestão dos recursos previstos em orçamento próprio, suficientes para a execução das atividades sob sua responsabilidade. Artigo 27º. Compete ao Diretor de Governança, Riscos e Controles Internos: (i) a supervisão dos procedimentos e controles internos, criados com o objetivo de garantir a implementação, a aplicação e a eficácia das regras desenvolvidas pela Companhia; e (ii) a supervisão dos controles de riscos, visando a identificação, a gestão e a mitigação de riscos significativos aos negócios da Companhia. Artigo 28º. Sem prejuízo ao quanto exposto nos Artigos 24º, Artigo 25º, Artigo 26º, Artigo 27º acima, compete a todos os Diretores a administração dos negócios sociais em geral, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes aos negócios sociais, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto Social, exigida a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral ou aprovação do Conselho de Administração da Companhia. Artigo 29º. A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, e somente se instalará com presença da maioria dos Diretores em exercício. § 1º. As reuniões de Diretoria serão convocadas por qualquer de seus membros mediante o envio de notificação por meio eletrônico com antecedência mínima de 2 dias úteis e suas deliberações serão tomadas pela maioria de seus membros. § 2º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião e transcrita no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria da Companhia. Artigo 30º. A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como a assinatura de quaisquer documentos ou prática de atos em nome da Companhia, será realizada da seguinte forma: (i) por 2 Diretores, em conjunto; ou (ii) por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído e com poderes específicos. Artigo 31º. As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser feitas por meio de instrumento firmado por 2 Diretores, em conjunto, especificando os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um prazo máximo de validade de 1 ano. Na ausência de determinação do período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 ano. Artigo 32º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se previamente aprovados pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do presente Estatuto Social. **Capítulo IX – Conselho Fiscal:** Artigo 33º. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios

sociais em que for convocado mediante deliberação da Assembleia Geral, nos termos da legislação aplicável. § 1º. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 e no máximo, 5 membros efetivos e suplentes em igual número, que terão as atribuições previstas em lei e, nos casos de ausência, impedimento ou vacância, serão substituídos pelos suplentes. § 2º. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Capítulo X – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição Dos Resultados:** Artigo 34º. O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. Ao final de cada exercício social deverá ser preparado um balanço geral, bem como as demais demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes e as disposições deste Estatuto Social. Artigo 35º. O lucro líquido apurado no exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão do imposto de renda, terá a seguinte destinação: (i) a parcela de 5% será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202 da Lei das S.A., será distribuída aos Acionistas como dividendo anual mínimo obrigatório; e (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nas alíneas anteriores deste Artigo, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, com base na proposta da Administração, observado o disposto na Lei das S.A. Artigo 36º. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários, por deliberação do Conselho de Administração. § Único. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou em períodos inferiores, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, dividendos intermediários e intercalares e, ainda, o crédito de juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio previstos neste Artigo, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo XI – Da Dissolução e da Liquidação:** Artigo 37º. A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, observado o disposto nos acordos de acionistas arquivados em sua sede. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei. **Capítulo XII – Solução de Controvérsias:** Artigo 38º. Todo e qualquer litígio e/ou controvérsia oriundo de e/ou relativo a este Estatuto Social e aqueles que envolvam sua validade, eficácia, violação, interpretação, término, rescisão e/ou seus consectários (“Disputa”), envolvendo a Companhia, qualquer dos seus Acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, conforme o caso (“Partes Envolvidas”), deverão ser notificados por uma Parte Envolvida às demais Partes Envolvidas, que enviarão seus melhores esforços para dirimi-los de modo amigável por meio de negociações diretas mantidas de boa-fé, em prazo não superior a 10 dias úteis contados da data do recebimento da comunicação aqui mencionada, por qualquer meio, incluindo, mas não se limitando a cartas, conversas telefônicas, reuniões, e-mails, etc., podendo as negociações amigáveis serem interrompidas a qualquer tempo por qualquer Parte Envolvida mediante o envio de notificação às demais partes. § 1º. Na hipótese de impossibilidade de solução amigável da Disputa na forma do caput, todas as Disputas serão resolvidas por arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96 (“Lei de Arbitragem”), segundo as regras estabelecidas no Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“Câmara de Arbitragem”). § 2º. A Parte Envolvida interessada em iniciar o procedimento de arbitragem notificará a Câmara de Arbitragem sobre sua intenção de começar um procedimento de arbitragem, e, ao mesmo tempo, notificará a Parte Envolvida contra

quem ela pretende iniciar o procedimento de arbitragem, sujeita às normas da Câmara de Arbitragem. § 3º. O procedimento será conduzido por uma corte de arbitragem composta por 3 árbitros, sendo que a Parte Envolvida que solicitar a instauração do juízo arbitral nomeará um árbitro e a Parte Envolvida em face do qual o juízo arbitral tiver sido instaurado nomeará o outro árbitro. Os 2 árbitros desse modo nomeados nomearão um 3º árbitro, que será o presidente. Caso os 2 primeiros árbitros não chegarem a um consenso quanto à nomeação do 3º árbitro, a Câmara de Arbitragem nomeará e indicará o 3º árbitro. § 4º. A sentença da arbitragem será pronunciada segundo os requisitos da Lei de Arbitragem. Exceto conforme previsto na lei acima mencionada, nenhum recurso será interposto contra a sentença de arbitragem, a qual terá, para as Partes Envolvidas, o valor de uma decisão e inapelável da corte. § 5º. As Partes Envolvidas neste ato expressamente reconhecem e concordam que o procedimento arbitral terá como sede a Cidade de São Paulo-SP. § 6º. A arbitragem será conduzida em Português e será de direito, aplicando-se as leis, regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, sendo vedado aos árbitros o julgamento por equidade. § 7º. A Câmara Arbitral alocará entre as Partes Envolvidas na arbitragem, conforme o critério de sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara de Arbitragem; (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros; (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo tribunal arbitral; (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo tribunal arbitral; e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. § Oitavo. As Partes Envolvidas concordam que a arbitragem deverá ser mantida em confidencialidade e seus elementos (incluindo-se, sem limitação, as alegações das Partes Envolvidas, provas, laudos e outras manifestações de terceiros e quaisquer outros documentos apresentados ou trocados no curso do procedimento arbitral) somente serão revelados à Câmara de Arbitragem, às Partes Envolvidas, aos seus advogados e a qualquer pessoa necessária ao desenvolvimento da arbitragem, exceto se a divulgação for exigida para cumprimento das obrigações impostas por lei ou por qualquer autoridade governamental. § Nono. As Partes Envolvidas não estão impedidas de buscar medidas cautelares em qualquer foro (ou qualquer outro remédio legal que não possa ser obtido segundo a Lei de Arbitragem, incluindo, entre outras, a proteção específica fornecida pelo artigo 497 do Código de Processo Civil), cuja concessão será considerada essencial para assegurar que o autor possa exercer quaisquer direitos que possam ser outorgados através de tal remédio, elegendo o foro da Comarca da Cidade de São Paulo-SP, com a expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Capítulo XIII – Disposições Gerais:** Artigo 39º. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. Artigo 40º. A Companhia cumprirá todas as disposições dos acordos de acionistas arquivados em sua sede durante todo o período de vigência desses acordos. A Companhia não registrará, consentirá ou ratificará qualquer voto ou aprovação dos acionistas ou de qualquer administrador, ou realizará ou deixará de realizar qualquer ato que viole ou que seja incompatível com as disposições de tais acordos de acionistas ou que, de qualquer forma, possa prejudicar os direitos dos acionistas sob tais acordos. Em caso de conflito entre as disposições deste Estatuto Social e dos acordos de acionistas da Companhia, deverão prevalecer as disposições dos acordos de acionistas. § Único. Nos termos do § 8º do Artigo 118 da Lei das S.A., o presidente da Assembleia Geral, bem como os membros dos órgãos de administração da Companhia, não deverão computar votos proferidos em desacordo com as disposições dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. JUCESP Certifico o registro sob o nº 363.558/22-6 em 15/07/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Petrobras tem produção mais fraca, mas em linha com expectativas, avalia Citi

Apesar de a produção total da Petrobras de óleo e gás ter recuado 5,1% no segundo trimestre em relação ao primeiro, para 2,653 milhões de barris diários de óleo equivalente (boe/d), o número veio em linha com as estimativas do Citi. A produção comercial registrou perda trimestral de 5,2% e anual de 6%, totalizando 2,334 milhões boe/d.

Os analistas Gabriel Barra, Andrés Cardona e Joaquim Alves Atie destacam que a produção da estatal foi impactada negativamente pelo início do acordo de partilha de produção da Atapu e Sépia, maior número de pa-

radadas para manutenção, mas que isso foi parcialmente compensado pelo início da produção na FPSO (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Descarga) Guanabara (campo de Mero), e os contínuos ramp-ups dos campos FPSOs Carioca e P-68, nos campos de Berbigão e Sururu.

Ao mesmo tempo, o Citi ressalta que a FPSO Anna Nery saiu do estaleiro na China e está vindo para o Brasil, que faz parte do Projeto de Revitalização de Marlim e Voador (Bacia de Campos), com capacidade para produzir 70 mil bpd.

Além disso, houve a sa-

ída da FPSO Almirante Barroso do estaleiro na China com destino ao Brasil, com capacidade para produzir 150 mil barris de petróleo por dia (bpd), reforçando o compromisso da empresa em aumentar sua produção de petróleo, seguindo seu plano estratégico entre 2022 e 2026.

Entre outros destaques do relatório de produção e vendas da Petrobras, o banco pontua que a estatal atingiu uma taxa de utilização de 89% no segundo trimestre, o que representa um aumento trimestral de 2 pontos percentuais (p.p.) e anual de 14 pontos percentuais.

O indicador é resultado do

aumento das vendas de diesel e GLP, em função dos efeitos da sazonalidade do consumo, parcialmente compensado por menores vendas de gasolina, devido à maior oferta de etanol, e menores vendas de óleo combustível, pois não houve entregas para geração termoeletrica no período.

No ramo de Gás e Energia, a geração de eletricidade diminuiu 68% no trimestre, atingindo média de 562 MW, devido à melhoria das condições hidrológicas, afetando positivamente os níveis dos reservatórios hidrelétricos. Além disso, os analistas ressaltam que houve redução trimestral de 15,2%

no volume de vendas de gás natural para termoeletricas.

“Por fim, a entrega de gás doméstico foi impactada principalmente por paradas nas plataformas de produção ocorridas entre maio e junho, enquanto a redução das importações de gás boliviano decorreu de intervenções realizadas na Bolívia e uma redução unilateral nas entregas de gás natural pela YPFB a partir de maio”, aponta o banco.

O Citi reiterou a recomendação de compra para o ADR da Vale, com preço-alvo de US\$ 17,40 e potencial de alta de 51,7% ante o fechamento desta quinta-feira, 21.

Isto é Dinheiro

Moedas: índice DXY cai, pressionado por valorização do iene e PMI dos EUA

O índice DXY, que mede a variação do dólar ante seis rivais, caiu nesta sexta-feira, 22, pressionado pela valorização do iene. Além disso, a divisa americana acentuou baixa após o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) composto dos EUA recuar abaixo de 50 pontos, o que indica contração da atividade. O euro, por sua vez, também foi prejudicado por PMIs abaixo do esperado no continente.

O índice DXY, que mede a variação do dólar ante seis

rivais, recuou 0,16%, aos 106,730 pontos. Na semana, a queda foi de 1,33%. No fim da tarde em Nova York, o euro caía a US\$ 1,0205, a libra tinha alta a US\$ 1,1990 e o dólar recuava a 136,12 ienes.

Após operar em alta durante a madrugada, o DXY virou para baixo durante a manhã, à medida que o iene se valorizou. Ontem, o Banco do Japão (BoJ) deixou sua política monetária ultra-acomodatória inalterada, como se previa. Mais tarde, o índice acentuou baixa após o PMI composto de julho dos

EUA recuar abaixo de 50 pontos. O euro, por sua vez, se desvalorizou ante o dólar americano, em meio à divulgação de PMIs da Alemanha e da zona do euro, que caíram abaixo de 50 em julho.

A Western Union destaca que o dólar norte-americano encerrou sua pior semana desde maio, com dados preocupantes de todo o mundo alimentando temores de crescimento. “A corrida épica do dólar perdeu força esta semana depois que o BCE aumentou as taxas de juros”, diz, em relatório enviado a

clientes. “O dólar também teve alguns de seus ganhos recentes prejudicados por dados fracos que reduziram os rendimentos dos Treasuries. As reivindicações semanais de seguro-desemprego subiram para o nível mais alto em 8 meses, um sinal de desaceleração do mercado de trabalho”, completa.

Entre os emergentes, o rublo russo perdeu fôlego ante o dólar, após a decisão do Banco da Rússia de cortar juros em 150 pontos-base, a 8% ao ano, ante expectativa no mercado de redução

de 50 pontos-base. No fim da tarde em Nova York, o dólar subia a 58,785 rublos.

Já o peso argentino atingiu mínima histórica no início desta tarde, de acordo com jornal *Ámbito Financiero*, com o dólar blue alcançando a marca de 350 pesos no mercado paralelo. No câmbio formal, a divisa americana avançava a 129,8137 pesos – contra 129,6126 no fim da tarde de ontem. Nesta sexta-feira, a Argentina anunciou nova medida que garantirá cotação mais favorável.

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

Localize – Investigação e Recuperação de Ativos Ltda.

CNPJ/MF nº 14.668.485/0001-09 – NIRE 35.226.088.471

Alteração de Contrato Social e para Transformação em Sociedade Anônima de Capital Fechado

Pelo presente instrumento, Flávio Luiz Goeldner da Costa, RG nº 28.488.038-3 SSP/SP e CPF nº 286.491.798-00, doravante denominado Flávio; Único sócio de Localize – Investigação e Recuperação de Ativos Ltda, (“Sociedade”), resolve: (a) Transformar o tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos arts. 1.113 e seguintes do Código Civil e dos arts. 220 e seguintes da Lei das SAs, observando-se que: (i) a transformação de tipo jurídico é realizada sem dissolução da Sociedade e sem solução de continuidade de suas atividades; (ii) o nome comercial da Sociedade passa a ser “Localize Investação e Recuperação de Ativos S.A.”; (iii) a sede da Sociedade permanece na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Cunha Gago, 206, Pinheiros; (iv) o objeto da Sociedade permanece o mesmo, composto pelas seguintes atividades: (1) prestação de serviços de avaliadores, despachante documentalista, despachante, inventário de bens e manuseio de documentos; (2) cobranças e informações cadastrais; (3) investigação particular; (4) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados; (5) securitização de créditos e aquisição de direitos creditórios; e (6) holding de instituições não financeiras. (7) Eleger: (i) Para o cargo de Diretor Presidente, Flávio Luiz Goeldner da Costa; e (ii) Para o cargo de Diretor sem designação específica, Thiago Komoso Rodrigues de Lima, (8) Consignar que os Diretores eleitos neste ato tomam posse nesta data, mediante assinatura de Termos de Posse com Declarações de Desimpedimento em livro próprio, para mandato de três anos a contar desta data; (9) Aprovar o Estatuto Social constante do Anexo IV deste termo; e (10) Autorizar os Diretores eleitos neste ato a praticarem todos os atos e tomarem todas as providências necessárias para a implementação da transformação de tipo jurídico objeto deste termo. Nada mais. São Paulo, 01/12/2021. Flávio Luiz Goeldner da Costa. Advogado responsável: Fábio Polli Rodrigues – OAB/SP nº 207.020. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 169.537/22-5 e NIRE 35.300589.840 em 31/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Urbsan Logística Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 35.351.726/0001-53

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em Reais)		DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
BALANÇO PATRIMONIAL		Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
	2021	2020		
Ativo circulante	2.153.085	1.726.894	100	100
Disponível	100	100		
Caixa e equivalente de caixa	100	100		
Clientes	2.152.986	1.726.794		
Duplicatas a receber	2.152.986	1.726.794		
Ativo não-circulante	28.273.106	28.273.106		
Intangível	28.273.106	28.273.106		
Acervo técnico	19.153.133	19.153.133		
Licença de uso	9.119.973	9.119.973		
Total do ativo	30.426.192	30.000.000		
Passivo circulante	971	-		
Obrigações trabalhistas	839	-		
Obrigações sociais	132	-		
Passivo não-circulante	426.192	-		
Exigível a longo prazo	426.192	-		
Patrimônio líquido	29.999.029	30.000.000		
Capital social	29.999.029	30.000.000		
Resultado do exercício	(971)	-		
Total do passivo	30.426.192	30.000.000		

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO	
	2021	2020	
Saldos em 31/12/20	100	-	100
Aumento capital social	29.999.900	-	29.999.900
Resultado do exercício	(971)	-	(971)
Saldos em 30/11/21	30.000.000	(971)	29.999.029
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Descrição	2021	2020	
Despesas gerais	(971)	(205)	
Adicional de insalubridade	(205)	-	
FGTS	(1)	-	
INSS	(3)	-	
Salário família	(21)	-	
Salários e ordenados	(789)	-	
Vale transporte	47	-	
Serviços de terceiros	-	-	
= Prejuízo operacional	(971)	-	
= Prejuízo contábil líquido antes da CSLL	(971)	-	
= Prejuízo contábil líquido antes do IRPJ	(971)	-	
= Prejuízo	(971)	-	
= Prejuízo líquido do período	(971)	-	

DIRETORIA EXECUTIVA

Ubiratan Sebastião de Carvalho - Sócio - Diretor Técnico Operacional e Comercial; Rosimar Cipriano Carvalho - Sócia - Diretora Administrativa e Financeira; Roberto Rocha - Acionista.

Marco Antônio Vito da Silva - Contador - CRC 1SP212839/O-0

As demonstrações financeiras completas, incluindo relatório do auditor independente, estão disponíveis na versão digital que se encontra no seguinte endereço eletrônico: <https://datamercantil.com.br/>.

Andorsi do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 11.787.246/0001-71

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)		Demonstrações de Resultados referentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	2021	2020				
Ativo Circulante						
Caixa e Bancos	65.086	17.832				
Impostos a Recuperar	1.493.519	1.498.459				
Total Circulante	1.558.605	1.516.291				
Não Circulante						
Investimentos	732.757.753	686.735.147				
Total do Permanente	732.757.753	686.735.147				
Total Não Circulante	732.757.753	686.735.147				
Total do Ativo	734.316.358	688.251.438				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
	Capital Social	Reserva de Legal	Reserva de Lucro	Prejuízos Acumulados	Moeda Funcional	Total
Saldo 31/12/2019	293.857.140	4.752.928	-	6.746.601	194.253.665	499.610.334
Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	43.496.281	-	43.496.281
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ajuste de conversão de moeda funcional	-	-	-	-	144.329.983	144.329.983
Saldo em 31/12/2020	293.857.140	4.752.928	-	50.242.882	338.583.648	687.436.598
Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	(4.663.558)	-	(4.663.558)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro	-	-	45.579.324	(45.579.324)	-	-
Ajuste de conversão de moeda funcional	-	-	-	-	50.718.529	50.718.529
Saldo em 31/12/2021	293.857.140	4.752.928	45.579.324	-	389.302.177	733.491.569

Ouro fecha em alta, com dólar fraco e juros dos Treasuries em baixa

Ouro fechou com ganhos nesta sexta-feira, 22, acumulando também alta na semana. O metal precioso foi favorecido pelo movimento do dólar, que recuou ante rivais, o que torna o ouro mais barato e, portanto, atrai a detentores de outras divisas. A moeda americana reagiu à queda do índice de gerentes de compras (PMI) dos EUA em julho a um patamar abaixo de 50, o que indica contração da atividade. Também por conta do dado, os juros dos Treasuries recuaram, outro movimento que tende a beneficiar a commodity.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para o mês que vem subiu 0,82% e 1,40% na semana, a US\$ 1.727,40 por onça-troy.

Segundo leitura preliminar da S&P Global, o PMI composto – que engloba indústria e serviços – de julho dos EUA recuou a 47,5, menor nível em mais de dois anos e que indica contração da atividade americana. O dado pesou sobre o dólar e os juros dos Treasuries, dando fôlego ao ouro no mercado futuro.

Outro fator que favoreceu a busca pela segurança do ouro foram as preocupações do mercado acerca de uma eventual recessão da economia global, à medida que bancos centrais ao redor do mundo sobem juros para controlar a inflação, avalia a Oanda.

Ibovespa cai 0,11%, a 98,9 mil na sessão, mas avança 2,46% na semana

O Ibovespa resistiu a princípio, mas acabou cedendo ao aprofundamento de perdas em Nova York no meio da tarde, e também à pressão do câmbio, com dólar retomando a marca de R\$ 5,50 nas máximas do dia. Ainda assim, o índice de ações acumulou ganho de 2,46% na semana, vindo de perda de 3,73% na anterior. Ao fim, entre mínima de 98.321,23 e máxima de 99.724,23 pontos, encerrou o dia em leve baixa de 0,11%, aos 98.924,82 pontos, com giro ainda fraco, a R\$ 18,3 bilhões nesta sexta-feira. No mês, a referência da B3 permanece positiva (+0,39%), com perdas no ano a 5,63%.

A sessão foi favorável às ações de commodities, tanto para Petrobras (ON +1,08%, PN +1,07%) – no dia seguinte à divulgação de dados de produção da estatal – como para Vale (ON +0,93%). As cotações do petróleo recuaram

nesta sexta-feira, enquanto o minério teve recuperação, em alta de 3,57%, a US\$ 100,64 por tonelada, em Dalian (China), aponta em nota a Nova Futura Investimentos.

As siderúrgicas fecharam na maioria em baixa (Usiminas PNA -1,55%, CSN ON -0,35%), assim como os grandes bancos (Santander -2,72%, Bradesco PN -1,27%, Itaú PN -1,06%). Na ponta negativa do Ibovespa, IRB (-8,26%), Americanas ON (-5,91%) e Magazine Luiza (-4,98%). No lado oposto, BRF (+4,62%), Suzano (+2,78%) e Sabesp (+2,76%).

Até o começo da tarde, o Ibovespa parecia a caminho do sexto ganho seguido, mas acabou interrompendo a série no quinto avanço, ainda assim uma sequência que não era vista desde meados de maio. A sexta-feira contou com poucos ‘drivers’ domésticos para orientar os negócios. “O noticiário local continua morno e com pouco impac-

to nos preços”, observa em nota a Terra Investimentos.

“Hoje foi dia de realização (de lucro) sem uma grande história, tanto aqui como lá fora. Temos estado colados, com dinâmica parecida no que se refere às bolsas. Apesar de todo ruído que temos no mercado local com relação às preocupações com o fiscal, (refletidas na) curva de juros e câmbio, a Bolsa tem seguido o comportamento de fora, e hoje não foi diferente”, diz Naio Ino, gestor de renda variável da Western Asset.

Ele destaca também alguma recuperação, na semana, de ações ligadas ao comércio eletrônico, como também em geral as de “growth” (crescimento), entre as quais techs, ainda muito amassadas no ano. “Hoje sofreram um pouco. E as commodities na contramão, respirando na sessão, ajudaram o Ibovespa a não cair tanto quanto lá fora”, acrescenta o gestor. O índice de consumo acumulou ganho

de 1,36% na semana, mas hoje cedeu 0,49% (no mês, sobe 6,26%), enquanto o de materiais básicos avançou nesta sexta-feira 0,67%, em alta de 2,82% na semana, mas ainda recuando 4,59% no mês.

O mercado financeiro está bastante otimista sobre o desempenho das ações no curtíssimo prazo, como indica a fatia de quase 90% (88,89%) de respostas apontando que a próxima semana deve ser de alta para o Ibovespa, no Termômetro Broadcast Bolsa desta sexta-feira. Nenhum dos participantes afirmou prever queda para o índice no período entre 25 e 29 de julho, enquanto apenas 11,11% esperam variação neutra. No último Termômetro, 64,29% acreditavam em avanço para o Ibovespa nesta semana; 21,43% em estabilidade; e 14,29%, em queda.

Isto é Dinheiro

Isto é Dinheiro

Viterria Logística e Terminais Portuários S.A.					
CNPJ/MF nº 08.236.381/0001-14					
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
Ativo	2021	2020			
Circulante					
Caixa e Bancos	1.893.007	2.642.725			
Adiantamentos a Fornecedores	4.156	1.097.363			
Contas a Receber	100.169	54.715			
Contas a Receber de Empresas Relacionadas	2.880.668	587.398			
Estoques	1.825.130	1.561.370			
CTA Estoques	-	-			
Impostos a Recuperar	6.815.133	6.844.141			
Outros ativos Circulantes	645.299	381.131			
Total Circulante	14.163.561	13.168.843			
Não Circulante					
Contas a Receber de Empresas Relacionadas	-	-			
Impostos a Recuperar	-	-			
Outros Ativos	36.576	15.162			
	36.576	15.162			
Investimentos	309.183	287.919			
Imobilizado	375.302.814	347.910.550			
Depreciação/Amortização - Imobilizado (83.507.122)	(67.205.722)	(67.205.722)			
Imobilizado em Construção	577.751	-			
Intangível	118.249.477	110.116.845			
Amortização - Intangível	(22.142.539)	(18.803.384)			
IFRS 16	13.461.351	12.192.369			
Total do Permanente	402.250.915	384.498.577			
Total Não Circulante	402.287.491	384.513.739			
Total do Ativo	416.451.052	397.682.583			
Passivo Circulante					
Fornecedores Nacionais	926.695	1.028.279			
Mutuo Partes Relacionadas	39.093.083	77.213.397			
Financiamentos Bancários	37.511.894	16.852.291			
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	48.463.131	44.694.170			
Outras Contas a Pagar	1.790.504	4.585.802			
Adiantamento de Clientes	-	-			
Total Passivo Circulante	127.785.308	144.373.938			
Não Circulante					
Mutuo Partes Relacionadas	-	2.508.348			
Derivativos FX	-	2.652.644			
Financiamentos Bancários	-	12.000.820			
IFRS 16	9.754.860	8.872.319			
Total Não Circulante	9.754.860	26.034.130			
Patrimônio Líquido					
Capital	101.260.400	101.260.400			
Prejuízos acumulados	(32.284.677)	(42.605.326)			
Prejuízos do Exercício	29.096.142	10.320.649			
Reserva Legal	-	1.016.112			
Reserva de Incentivo Fiscal	7.849.394	4.777.448			
Ajustes de conversão acumulados	172.989.626	152.505.231			
Total do Patrimônio Líquido	278.910.885	227.274.514			
Total do Passivo	416.451.052	397.682.583			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)					
	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Moeda Funcional	Total
Saldo 31/12/2019	101.260.400	472.920	(42.605.326)	115.036.779	174.164.773
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	15.641.289	-	15.641.289
Reserva Legal	-	543.192	(543.192)	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal	-	4.777.448	(4.777.448)	-	-
Ajuste de conversão de moeda funcional	-	-	-	37.468.452	37.468.452
Saldo em 31/12/2020	101.260.400	5.793.560	(32.284.677)	152.505.231	227.274.514
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	31.151.976	-	31.151.976
Reserva Legal	-	(1.016.112)	1.016.112	-	-
Reserva de Incentivo Fiscal	-	3.071.946	(3.071.946)	-	-
Ajuste de conversão de moeda funcional	-	-	-	20.484.395	20.484.395
Saldo em 31/12/2021	101.260.400	7.849.394	(3.188.536)	172.989.626	278.910.885
Helcio Gasparini Diretor	Cesar de Araujo Contador CRC 1SP 166.332/O-6				

Demonstrações de Resultados referentes aos exercícios em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Receita Operacional	82.258.211	84.249.123
Deduções e Impostos	(4.116.152)	(4.205.052)
Receita Operacional Líquida	78.142.059	80.044.071
Custos Operacionais	(29.669.018)	(27.027.522)
Lucro Bruto	48.473.041	53.016.550
Outras Receitas e (Despesas)		
Despesas Operacionais	(2.746.469)	(2.536.049)
Outras Receitas e (Despesas)	5.670	(27.203)
Depreciação/Amortização	(12.903.554)	(11.553.746)
Financeiras líquidas (cambiais)	2.657.444	9.448.330
	(12.986.909)	(4.668.669)
Resultado em Partic.Societária	35.486.132	48.347.881
Resultado antes do IR e CSSL	(1.789.188)	(45.652.817)
Imposto de Renda/Cont.social	33.696.943	2.695.064
Resultado Líquido	33.696.943	2.695.064

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. **2. Principais Práticas Contábeis** - **2.1. Imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição e instalação. As depreciações foram calculadas pelo método linear, a taxas variáveis, de acordo com a expectativa de vida útil dos bens. **2.2. Intangíveis:** São decorrentes prêmio de oportunidade de negócio e Downpayment investimentos EMAP (TEGRAM). **2.3. Financiamentos Bancários:** Refere-se a financiamento com Banco do Nordeste. **2.4. Receitas/Despesas Financeiras Líquidas:** Reflete o resultado de Hedge cambial sobre o financiamento da construção da infraestrutura e outras variações cambiais. **2.5. Ajuste acumulado de conversão:** Ajuste acumulado de conversão: refere-se às variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras individuais da moeda funcional (dólar norte-americano) para a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras individuais (real). **2.6. Capital Social:** Houve integralização de 28.269.400 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada em 02/09/2009 por Viterria Brasil SA.. Em 31/03/2010 houve redução de capital de 1.000.000 quotas com restituição à sócia Viterria Brasil S.A. Em 13/01/2012 aumento de capital integralizado por Viterria Brasil S.A. no valor de R\$ 29.200.000,00. Em 07/05/2014 aumento de capital integralizado no valor de R\$ 30.000.000,00 por Viterria Brasil S.A.. Em 06/12/2017 aumento do capital da companhia em R\$ 15.000.000,00 por Viterria Brasil S.A., mediante emissão 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. **Demais contas:** Todos os demais itens são demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos (passivos). Quando necessárias, as variações monetárias (ativas ou passivas) incorridas são aplicadas.

Petróleo fecha em queda, com temores sobre demanda e de olho em queda de PMIs

Os contratos futuros do petróleo fecharam em queda nesta sexta-feira, 22, com temores renovados sobre a demanda por gasolina. Resultados fracos de índices de gerente ed compras (PMIs, na sigla em inglês) nas maiores economias do mundo também pesaram sobre a commodity. Desde abril, é a primeira vez que o petróleo WTI fecha abaixo de US\$ 95 por barril.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI com entrega prevista para setembro caiu 1,71% (US\$ 1,65), a US\$ 94,70 o barril. Já na Intercontinental Exchange (ICE), o barril do Brent para outubro teve baixa de 1,11% (US\$ 1,10), a US\$ 98,38. Na semana, a queda acumulada foi de 2,96% e 2,75%, respectivamente, para os contratos mais líquidos.

O PMI composto de julho sinalizou contração na zona do euro e atingiu os níveis mais baixos em 17 e 26 meses no Reino Unido e Estados Unidos, respectivamente. Analista da Oanda, Edward Moya afirma que a sessão foi marcada por manchetes cheias de sentimento de baixas para o petróleo: "os PMIs globais levam a preocupações com recessão, a produção na Líbia está aumentando e os lucros apontam para enfraquecimento do consumo". Para Moya, o petróleo talvez se estabeleça e torno de US\$ 95, mas a deterioração da perspectiva de demanda pelo petróleo deve impedir um movimento sustentado acima do nível de US\$ 100 por barril.

Já o membro administrativo da Tyche Capital Advisors, Tariq Zahir, prevê que o barril do petróleo irá recuperar a marca de US\$ 100 por barril no curto prazo e nota que os preços de energia são "extremamente voláteis". Para Zahir, o risco para o mercado de petróleo é positivo, diante da temporada de furacões no Atlântico, que pode impactar a oferta.

Juros: Taxas caem acompanhando movimento de alívio das curvas no exterior

Os juros futuros fecharam a sexta-feira, 22, em queda, alinhados ao movimento das curvas no exterior que, por sua vez, responderam ao alerta às condições para a atividade global emitidos por índices de gerentes de compra (PMI, em inglês) fracos na Europa e nos Estados Unidos. O recuo nos preços do petróleo e o câmbio bem comportado também contribuíram. Com o foco hoje no ambiente externo, as taxas longas recuaram mais do que as curtas e a curva desinclinou, mas no balanço da semana houve ganho importante de inclinação.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 encerrou em 13,86%, de 13,912% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2024 recuou de 13,997% para 13,81%. O DI para janeiro de 2025 terminou com taxa de 13,265% (13,491% ontem) e o DI para janeiro de 2027, com taxa de 13,24%, de 13,41%.

Em relação à última sexta-feira, enquanto as taxas curtas ficaram praticamente estáveis, as longas subiram em torno de 30 pontos-base, numa semana marcada pelo aumento acima do esperado

no juro pelo Banco Central Europeu (BCE) e aumento das incertezas fiscais no Brasil.

Com a surpresa negativa dos PMIs, voltam à cena os receios sobre as economias principais em meio ao aperto de juros sincronizado dos bancos centrais. "Há uma certa expectativa de que o risco de recessão possa limitar a ação dos BCs", afirmou o economista-chefe da Greenbay Investimentos, Flávio Serrano.

O PMI composto dos EUA em julho atingiu o menor nível em 26 meses e ficou abaixo de 50 pontos, sinal de contração da atividade, reforçando a expectativa de que o Federal Reserve, em sua reunião de política monetária na semana que vem, mantenha o ritmo de aperto do juro em 75 pontos-base, e não acelere a 100 pontos como chegou-se a cogitar. O dia também teve leituras fracas dos PMIs da zona do euro e da Alemanha.

Tanto os rendimentos do bônus europeus quanto o dos Treasuries caíram, refletindo a possibilidade de um processo de aperto de juros menos agressivo dado o pessimismo com a atividade.

Isto é Dinheiro

Governo anuncia novo bloqueio de R\$ 6,7 bilhões e corte no Orçamento

O Ministério da Economia anunciou nesta sexta-feira, 22, um bloqueio adicional de R\$ 6,739 bilhões do Orçamento deste ano para cumprir o teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação.

Segundo o governo, no total, juntando os três cortes feitos em 2022, R\$ 12,74 bilhões estão bloqueados do Orçamento. Na prática, esse valor fica suspenso das verbas destinadas aos ministérios, que já se queixam de falta de recursos nas operações do dia a dia.

Segundo um técnico do Ministério da Economia, desde o último relatório, em maio, o governo vem utilizando os recursos que foram bloqueados para atender as necessidades de urgência dos órgãos. Por isso, na prática, vai exigir cortar um valor superior agora, de R\$ 6,7 bilhões. Se não houvesse a necessidade dessa compensação, o bloqueio adicional seria menor, com valor de R\$ 2,77 bilhões em relação ao que já estava bloqueado em maio, segundo o ministério.

O detalhamento de quais

áreas serão atingidas deve ser anunciado na segunda-feira, 25. Os cortes (contingenciamento no termo técnico) são feitos nas chamadas despesas discricionárias, ou seja, não obrigatórias. Elas não passam de 5% do Orçamento e incluem, por exemplo, o pagamento de contas de energia, telecomunicações e água de edifícios públicos, sujeitas a corte em caso de inadimplência, além de serviços terceirizados de limpeza e segurança, manutenção de universidades, conservação de rodovias federais e ações da Defesa Civil para prevenção de desastres.

O Ministério da Economia não informou se o novo bloqueio atingirá também o orçamento secreto, ou outras emendas parlamentares.

A informação sobre o novo bloqueio consta do "Relatório Bimestral Avaliação das Receitas e Despesas", publicado em edição extra do "Diário Oficial da União".

De acordo com a pasta, O novo bloqueio foi necessário porque houve aumento na estimativa dos gastos obrigatórios sujeitos ao teto de gastos.

Isto é Dinheiro

Isto é Dinheiro

Negócios

Casa própria: Caixa atualiza condições via FGTS Habitação Popular e pró-cotista



A Caixa Econômica Federal (CEF) atualizou as condições de aquisição de imóveis através das linhas FGTS Habitação Popular e Pró-cotista. O banco público atualizou as faixas de renda enquadradas no programa que utiliza recursos do FGTS, e reduziu as taxas de juros do pró-cotista.

As medidas foram tomadas após mudanças feitas pelo governo e antecipadas pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, em junho. A reportagem mostrou que o Planalto atendeu ao pleito de empresários do setor de construção que, diante da disparada dos custos de produção do setor,

vinham declinando a contratação de novos projetos.

No FGTS, a Caixa ampliou as faixas de renda enquadradas no programa, de modo que o teto de renda familiar mensal subiu de R\$ 7.000 para R\$ 8.000. Com isso, mais famílias passam a ter acesso às condições mais favoráveis de financiamento do programa, com taxas de juros anuais entre 4,25% e 7,16%, abaixo das praticadas em linhas de mercado.

Na linha pró-cotista, o banco reduziu as taxas de juros para contratações até 31 de dezembro deste ano. Houve queda de 1 ponto percentual, e as taxas partem de TR + 7,66% ao ano para imóveis com valores até R\$ 350 mil.

Para imóveis com valores acima de R\$ 350 mil, até o teto do Sistema Financeiro Habitacional, de R\$ 1,5 milhão, a taxa também caiu, e passa a ser de TR + 8,16% a.a.. Além disso, a cota de financiamento na linha pró-cotista foi ampliada para até 80% do valor de avaliação do imóvel, de acordo com a CEF.

A pró-cotista é a linha da Casa Verde e Amarela destinada ao financiamento de imóveis de médio e alto padrão, e a mudança nas taxas é vista pelo setor como importante para evitar uma aceleração nos distratos, diante da alta dos juros.

Isto é Dinheiro

JBS anuncia Wesley Batista Filho como novo presidente global de operações

A JBS anunciou nesta sexta-feira que Wesley Batista Filho, membro da família fundadora da companhia, assumirá o cargo de presidente global de operações a partir de 1º de novembro.

Batista Filho é filho de Wesley Batista, um dos herdeiros do fundador da JBS, José Batista Sobrinho.

Ele se reportará ao CEO global, Gilberto Tomazoni, que por sua vez foi nomeado para o posto em 2018 para substituir Batista Sobrinho depois que Wesley Batista e o outro filho do fundador, Wesley, foram presos em uma

investigação.

Já os CEOs da JBS USA, Austrália e Brasil se reportarão a Wesley Batista Filho.

Em comunicado, a maior empresa de carnes do mundo informou ainda que o atual presidente de operações da América do Norte, André Nogueira, decidiu que deixará a posição na mesma data.

Nogueira permanecerá na JBS exercendo cargo consultivo até o final do ano, quando passará a integrar o conselho consultivo da JBS USA, além de manter seu papel no conselho de administração da Pilgrim's.

Reuters



Anatel estuda desfazer venda da Oi Móvel se disputa sobre roaming se prolongar



O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, afirmou nesta quinta-feira que se liminares judiciais que suspendem obrigações para oferta de roaming a concorrentes por parte de TIM, Telefônica Brasil e Claro não forem revertidas, a agência poderá buscar desfazer a venda da Oi Móvel para as três companhias.

Em entrevista à Reuters, Baigorri afirmou que as três operadoras estão tentando impedir a concorrência no mercado ao interromperem na Justiça o processo de oferta de roaming, que foi definido como contrapartida à venda da Oi Móvel.

As três empresas adquiriram com uma oferta conjunta de 16,5 bilhões de reais os negócios de rede móvel da Oi no país. A transação foi con-

cluída neste ano após receber aval da própria Anatel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

A venda da rede celular é uma das principais peças do plano de recuperação judicial da Oi, um dos maiores e mais longos processos do tipo no país nos últimos anos.

O negócio envolvendo a venda da rede móvel da Oi foi condicionado a certos remédios. Um deles era oferta de serviços de roaming por cada uma das três operadoras a outras empresas do setor, de modo a permitir que companhias menores possam atender seus próprios clientes.

Baigorri afirmou, porém, que Claro, TIM e Telefônica Brasil, dona da Vivo, conseguiram liminares paralelas na Justiça contra a modelagem definida pela Anatel para a oferta de roamings – que de-

fine os valores a serem pagos pelas empresas contratantes – o que, na prática, interrompeu o processo até o julgamento dos méritos, segundo ele.

“São diversas operações que aprovamos e nunca tivemos esse tipo de comportamento por parte dos operadoras, foi uma surpresa desagradável para nós”, disse Baigorri, em entrevista à Reuters nesta quinta-feira.

O roaming é serviço de telefonia para usuários que estão em áreas onde sua operadora original não possui atuação, como, por exemplo, no caso de uma viagem.

“O foco total (da Anatel) é derrubar as liminares. E, num segundo momento, outras medidas podem ser tomadas. A operação (venda da Oi Móvel) já foi concretizada, mas pode ser revista”, disse ele.

Reuters